ATA N.º 02/2021

------ Ata da sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Cantanhede, realizada no dia 19 de abril de 2021. ----------

------ Aos 19 dias do mês de abril de 2021, pelas 14,30 horas, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal em Sessão Pública Ordinária, realizada através de videoconferência, de acordo com o n.º 3 do art.º 3.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, com a seguinte Ordem de Trabalhos: ----------

1 - Apreciação de uma informação da Sr.ª Presidente da Câmara;----------

2 - Pedido de atribuição de direitos de prospeção e pesquisa de depósitos minerais de Caulino (para efeitos do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 88790 de 16 de março) numa área denominada "Loureira" / Requerente: Silver Sand - Areias e Argilas, Ld.ª / Emissão de parecer desfavorável / Para conhecimento e tomada de posição;----------

3 - Apreciação, discussão e votação da proposta de Declaração de Interesse Público / Equipamento de Recreio e Lazer dos Olhos da Fervença;----------

4 - Apreciação, discussão e votação da proposta da 2.ª Alteração (parcial) à 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal; ----------

5 - Apreciação, discussão e votação da proposta de alteração do IGT – PU de Cantanhede / Reposição da legalidade urbanística / António da Silva Mendes Pato / Revisão da intenção de execução de arruamento;----------

6 – Relatório anual de atividades e Plano de Ação da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Cantanhede / Para conhecimento;----------

7 – Fundo Municipal de Emergência de Apoio Empresarial do Município de Cantanhede / Relatório Final / Para conhecimento;----------

8 – Proposta de criação do Fundo Municipal de Emergência de Apoio Empresarial (FMEAE) – 2.ª Fase / Para conhecimento;----------

9 - Apreciação, discussão e votação da proposta de alteração ao RAAD – Regulamento de Apoio ao Associativismo Desportivo;----------

10 - Apreciação, discussão e votação do projeto de alteração ao Regulamento das Zonas de Estacionamento tarifado na Cidade de Cantanhede;----------

11 - Apreciação, discussão e votação do projeto de Regulamento de Concessão de Direitos e Benefícios Sociais aos Bombeiros Voluntários do Município de Cantanhede;----------

12 – 5.ª Alteração Orçamental Modificativa ao Orçamento da Receita e da Despesa e às Grandes Opções do Plano para o ano de 2021 / Para conhecimento;----------

13 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ourentã / Aquisição de equipamentos agrícolas / Alfaia – Trituradora de martelos;----------

14 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Execução dos bustos de Altino Cruz e Mário Miranda de Almeida, da autoria de Celestino Alves André;----------

15 - Apreciação, discussão e votação da proposta de autorização da assunção do compromisso plurianual para o Concurso Público "Construção / Beneficiação / Reparação da Escola Básica Marquês de Marialva de Cantanhede, por empreitada: Requalificação e Modernização da Escola Básica Marquês de Marialva de Cantanhede – 2.ª Fase" – CP-CCP-EMP n.º 04/2021;----------

16 – Apreciação, discussão e votação da proposta de autorização da assunção do compromisso plurianual para o Concurso Público "Remodelação e Beneficiação da Escola Secundária Lima-de-Faria, por empreitada: Requalificação e Modernização da Escola Secundária Lima-de-Faria em Cantanhede" – CP-CCP-EMP n.º 03/2021;------

17 - Apreciação, discussão e votação da 1.ª alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Cantanhede para o ano de 2021.----------

------ Iniciada a sessão, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, conferiu com a Mesa as presenças, ausências e substituições operadas, tendo justificado as faltas da Sr.ª Joana Inês de Jesus Seabra Malta e do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Sepins e Bolho, Luís António dos Santos Arromba, por motivos profissionais, conforme documentos apresentados. Substituição do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vilamar e Corticeiro de Cima, Egídio Manuel Patrão Cruz dos Reis pelo seu Secretário Licínio Manuel de Jesus Patarra.----------

------ Presença dos restantes membros da Assembleia Municipal.----------

------ De seguida, foi presente a ata n.º 01/2021, da sessão da Assembleia Municipal de 26 de fevereiro de 2021.----------

------ Não tendo havido qualquer intervenção quanto ao teor da ata n.º 01/2021, da sessão da Assembleia Municipal de 26 de fevereiro de 2021, foi a mesma colocada a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.----------

------ O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murtede, Carlos Fernandes, o qual efetuou a seguinte intervenção: "*Tantas vezes tem a bancada do PS pedido rigor na elaboração das atas e nos procedimentos da mesa, que não pode esta bancada do PSD deixar de fazer um reparo a uma situação ocorrida na última Assembleia Municipal e sobre a qual não encontramos reflexo na ata, que se prende com alteração do sentido de voto da deputada Áurea Andrade à votação do ponto 7 da Ordem de Trabalhos, quando já se ia na discussão do ponto n.º 9. Naturalmente que a utilização de meios informáticos coloca diversos constrangimentos, pelo que aceitamos como soberana a deliberação*

da mesa, que decerto não quis ficar com o ónus de impossibilitar a correção de um voto introduzido por engano, visão que esta bancada não só aceita como até partilha. Todavia e para memória futura, não podemos deixar de registar as seguintes notas: 1) Tendo a votação sido encerrada e o respetivo resultado sido publicamente anunciado, é no mínimo questionável a oportunidade da alteração; 2) Aliás, o sentido de voto de cada deputado era visível para todos, incluindo para os 7 deputados da bancada do PS, pelo que estranhamos que o pedido de alteração só tenha surgido depois de um alerta da bancada do PSD para as consequências políticas de tal votação; 3) A justificação apresentada não colhe (confusão causada pela troca de documentação entre os pontos 6 e 7), porque só fazia sentido se a referida deputada tivesse votado contra no ponto 6, o que não aconteceu; 4) Também se verifica um vício de forma, na medida em que é um direito dos representantes da bancada solicitar correção das contagens, mas não solicitar a alteração do sentido de voto dos deputados, o que necessariamente só podia ter sido pedida pela própria (podia-o ter feito online e verbalmente, ter escrito no chat ou ter endereçado diretamente o pedido à Mesa); 5) Acresce que durante toda esta problemática, a deputada em questão manteve a câmara desligada, pelo que não foi possível à Assembleia ter qualquer confirmação visual do que pretendia; 6) Assim, sem querer por em causa os motivos ou as boas intenções dos intervenientes, mas a bem do rigor e da dignificação do funcionamento deste órgão, registe-se que de uma forma objetiva e prática, o que tivemos foi um voto exercido não se sabe por quem, posteriormente alterado quando já se discutiam as consequências políticas desse ato, mediante pedido de quem não tinha poderes para o fazer, completamente fora de tempo e com uma justificação que não colhe."----------

------ O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra ao Sr. Luís

Pato, o qual, após cumprimentar todos os presentes, recordou que houve um lapso informático que foi logo reparado no momento. Acrescentou que, se tivesse sido muito à posterior concordaria com os argumentos apresentados, mas como foi um lapso informático que foi logo identificado pela própria Áurea Andrade, não há muito a dizer.-

------ O Sr. Presidente da Mesa, João Moura informou que as intervenções ficariam registadas.----------

------ O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu conhecimento do expediente chegado à Mesa da Assembleia, no período de 27 de fevereiro de 2021 a 18 de abril de 2021, informando que o mesmo se encontra disponível, a exemplo do que é hábito, para consulta de qualquer membro da Assembleia Municipal. ----------

------ De seguida, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, recordou que o Regimento da Assembleia Municipal prevê para o período de antes da ordem do dia o tempo limite de 60 minutos e apelou a que todos fossem concisos nas suas intervenções por forma a não ultrapassar largamente aquele limite de tempo. De seguida, informou que foi solicitado pelas bancadas do PS e do PSD a inclusão de um Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Dr. Jorge Coelho e de um Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Dr. António Almeida Henriques, Presidente da Câmara Municipal de Viseu e colocou a votação a inclusão daqueles dois Votos de Pesar na ordem de trabalhos da presente sessão. Decorrida a votação, foi aprovada por unanimidade, a inclusão daqueles dois Votos de Pesar na ordem de trabalhos da presente sessão, passando para o Ponto 18 a proposta de Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Dr. Jorge Coelho e para o Ponto 19 a proposta de Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Dr. António Almeida Henriques, Presidente da Câmara Municipal de Viseu.----------

------ De seguida, deu início ao período de Antes da Ordem do Dia, cujas intervenções ocorreram em função das inscrições junto da Mesa da Assembleia, da seguinte

forma:----------

------ O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu então a palavra ao Sr. Rogério Marques, o qual destacou alguns assuntos que considerou importantes, nomeadamente: - Sobre a instalação de mais duas unidades fabris na zona industrial de Cantanhede, nomeadamente, a Lusomapei, S.A. que se dedica-se à comercialização de produtos químicos para o setor de construção e a ECEP, Ld.ª que se dedica à produção e montagem de estruturas metálicas e tubagens, informou que serão investidos 14,6 milhões de euros e criados mais de 90 postos de trabalho. Acrescentou que, segundo os seus responsáveis, escolheram o Concelho de Cantanhede face aos seus mercados, à questão logística, à proximidade da residência aos seus quadros, à proximidade da Universidade de Coimbra e de Aveiro, mas também face à disponibilidade e ao interesse manifestado também pelo Municipio na criação de condições mais atrativas para a sua instalação, designadamente, com a venda de terrenos com as áreas que consideravam necessárias para a situação atual e para o futuro. Congratulou de seguida o Executivo pela estratégia que tem vindo a seguir no que diz respeito ao investimento e à expansão das Zonas Industriais de Cantanhede, Tocha e Febres, criando condições mais favoráveis e atraindo assim mais investimentos industriais. Acrescentou que a vinda daquelas duas empresas demonstra o crescente interesse nas zonas industriais do Concelho por parte de indústrias de prestígio e de dimensão internacional, sendo extremamente importante para o aumento das ofertas de emprego e para a criação de uma dinâmica empresarial como forma de ultrapassar mais rapidamente a crise económica e social causada pela pandemia; - Destacou e aplaudiu a coragem da Comissão Organizadora Executiva e do Executivo Camarário que se viram forçados a adiar para 2022, pelo segundo ano consecutivo, a realização da 30.ª edição da EXPOFACIC, por considerarem não ser

possível garantir o cumprimento das normas emitidas pela DGS no âmbito do combate da pandemia COVID-19, sobretudo devido às fundadas expetativas de afluência de público que poderia vir a ultrapassar os 400.000 visitantes. Considerou que terá sido uma decisão muito difícil perante todas as implicações a nível económico, social, cultural e educativo para o concelho e para o país, numa fase em que se deseja recuperar e alavancar a economia local, do concelho, da região centro e nacional, mas que se tornou inevitável perante os contornos da crise sanitária que ainda se está a viver; - Congratulou o Municipio pela iniciativa do ciclo de 30 minutos de música, com a transmissão em *live streaming* no FACEBOOK da autarquia, de modo a chegar às pessoas a partir do Salão Nobre da Câmara Municipal e enalteceu a iniciativa promovida pelo Municipio de Cantanhede para mobilizar e apoiar os músicos e grupos locais no sentido de fazer face às dificuldades decorrentes da situação pandémica causada pela COVID – 19. Acrescentou que foram convidados 12 compositores, cantores ou grupos locais de géneros diversificados que vão atuar às sextas-feiras, sábados e alguns domingos, nos próximos fins-de-semana, sendo uma oportunidade para divulgar a qualidade dos seus trabalhos e reafirmar a qualidade artística e a expressão musical que existe no nosso concelho; - Destacou a pro-atividade do Municipio com a realização de outras iniciativas culturais realizadas em tempo de pandemia, designadamente, com diversas propostas levadas a cabo pela Biblioteca, como seja a sugestão de "Leiam um livro", "Veja um filme", "a biblioteca em sua casa" ou a "hora do conto", livros disponibilizados, de modo a chegar aos leitores e aos alunos, tentando vencer o distanciamento entre as pessoas e contornar a pandemia de forma positiva; - Referiu que a vacina da Immunethep foi, na semana corrente, notícia a nível nacional de todas as rádios de cobertura nacional que deram a conhecer, mais uma vez, os passos já dados no combate à COVID 19. Recordou que

aquela vacina, que pode estar pronta em 2022, tem algumas caraterísticas diferenciadoras que a pode tornar mais abrangente nas novas variantes do Corona Vírus que podem surgir nos próximos anos e que a sua administração por inalação permite uma maior proteção dos pulmões, mais facilidade na sua distribuição e armazenamento e ainda na sua administração por não necessitar de profissionais de saúde. Acrescentou que o Governo está disponível para equacionar o apoio para o desenvolvimento da vacina, conforme referiu a Sr.ª Ministra da Coesão Territorial, Ana Abrunhosa, sendo certo que, uma vez que a fase dos ensaios clínicos envolve cerca de 20 milhões de euros, é necessária uma análise do processo, sobre o ponto de vista técnico, de modo a obter mais informação necessária ao Governo para que o projeto seja submetido a uma candidatura que será posteriormente analisada. Lembrou que nos países onde há produção de vacinas, houve apoios às empresas de milhares de euros e afirmou que, para que aquela vacina possa estar pronta em 2022, é importante o sinal e o apoio do Governo de forma a reunir os demais apoios dos privados. Finalmente, referiu que, se for aprovada, aquela unidade da produção da vacina, poderia trazer para o concelho um investimento de 80 milhões de euros ao longo de 3 anos e a criação de 30 postos de trabalho, pelo que apelou ao Governo central a rápida análise e decisão do eventual apoio de 20 milhões de euros que seriam importantes para o melhor e mais completo combate ao vírus que se vai continuar a viver durante os próximos anos, essencial para recuperar a economia nacional e o prestígio de Portugal.----------

------ Antes de passar a palavra ao Sr. Luís Pato, o Sr. Presidente da Mesa, desculpando-se pelo esquecimento, informou que também se encontra para aprovação a ata n.º 06/2020, da sessão da Assembleia Municipal de 28 de dezembro de 2020.----------

------ Não tendo havido qualquer intervenção quanto ao teor da ata n.º 06/2020, da sessão da Assembleia Municipal de 28 de dezembro de 2020, foi a mesma colocada a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.----------

------ O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu então a palavra ao Sr. Luís Pato, o qual questionou sobre os desenvolvimentos de um assunto falado na última Assembleia, nomeadamente se, na sequência do incêndio havido na Gum Chemical, já foram contactados os seus responsáveis relativamente aos cuidados de segurança. De seguida, referiu que, ao longo dos anos, a bancada do PS tem feito alguns reparos relativos à rede ciclável, tendo falado com alguns utilizadores e especialistas, pelo que propõe as seguintes sugestões/melhorias: - Por uma questão de natureza do equipamento, seria uma atitude pedagógica não se usar aquele equipamento para passear animais; - Que o sentido da marcha seja feito de forma contrária ao das bicicletas; - Junto à Lusimate, os camiões entram na ciclovia para proceder à execução de manobras, o que implica a existência de gravilha que fica perigosamente espalhada pelo traçado; - A colocação de alguma sinalética, nomeadamente, sinais de STOP em duplicado (os da estrada e os da ciclovia) – pode criar confusão para os utilizadores, não só da ciclovia como também das estradas; - Há postes com sapatas na ciclovia – que podem causar perigos desnecessários; - Propor espaços independentes no parque (um para passeio, outro para bicicletas) porque existem perigos inerentes, pois espaço não falta; - Existem espaços de drenagem de água que impõem a presença de perigos, (Exemplo – a rotunda próxima da estrada que dá acesso às instalações da Biocant; - Demasiadas travessias de estrada (que se saiba já houve pelo menos um atropelamento); - A zona da Ciclovia próxima do Campo de Golfe tem uma inclinação assinalável; - Falta de um traçado completo da ciclovia, pois há espaços em que o trajeto não tem continuidade (Zona Industrial – Rua do Brasil,

por exemplo). ----------

------ O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murtede, Carlos Fernandes, o qual abordou os seguintes assuntos: - Elogiou vários protagonistas de votos de louvor recentemente aprovados na Assembleia Municipal e cujo trabalho continua a ser reconhecido nacional e internacionalmente, nomeadamente, o cientista Gonçalo Castelo-Branco vencedor da edição de 2020 do prémio Eric K. Fernström, atribuído pela Faculdade de Medicina da Universidade de Lund, com uma dotação de um milhão de coroas suecas (aproximadamente € 100.000) e concedido anualmente a cientistas que se destaquem no campo da medicina, tendo a escolha do português estado relacionada com o seu trabalho significativo de pesquisa no campo dos oligodendrócitos/mielina e da esclerose múltipla; a Adega Cooperativa de Cantanhede que continua a ganhar prémios, tendo o "Tinto Foral de Cantanhede Baga 2011 Gold Edition" e o "Espumante Marquês de Marialva Baga Blanc de Noirs Cuvée 2014" sido galardoados no concurso "Escolha da Imprensa" da Revista Vinho, Grandes Escolhas. Também na gala do concurso Internacional Vinduero-Vindouro, que reúne adegas, produtores e denominações de origem de Portugal e Espanha, o prémio de melhor espumante foi para o "Marquês de Marialva Cuvée Primitivo" e o prémio de melhor vinho com madeira com mais de 14 meses foi para o "Foral de Cantanhede Gold Edition Baga"; - Destacou dois protocolos formalizados entre o Município de Cantanhede e o Hospital Arcebispo João Crisóstomo, o primeiro destinado ao "*apoio do cuidador informal*" e o segundo para "*potenciar recursos para apoiar pessoas com incapacidade*"; - Destacou o facto do Município de Cantanhede ter as mais baixas tarifas de abastecimento de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos, em todo o território do Distrito de Coimbra e da Comunidade Intermunicipal Região de Coimbra, na qual se insere, bem

como relativamente a três concelhos do distrito de Aveiro com os quais faz fronteira. Acrescentou que, no continente e na conjugação dos dois consumos avaliados, é o município mais barato, de entre os de média ou grande dimensão, dado que todos os municípios em que as tarifas são mais baratas têm menos de 18.000 habitantes. Acrescentou que, existe ainda uma tarifa social e uma tarifa de famílias numerosas que, como os nomes indicam, permitem redução de taxas para as famílias carenciadas ou numerosas, respetivamente. Referiu ainda que, no estudo efetuado foram contabilizadas as componentes fixas (no essencial, as taxas de disponibilidade dos serviços) e as componentes variáveis (em função do consumo), sendo possível comparar, não apenas os preços da água, mas também a conta global água+saneamento+RSU e que, apesar de todos desejarem ter água e serviços públicos mais baratos, do ponto de vista de quem gere, é necessário garantir o equilíbrio entre serviço público, sustentabilidade e qualidade. Finalmente, referiu que, quando não havia estudos comparativos, a bancada do PS de Cantanhede argumentava que o concelho tinha das águas mais caras da região, o que se verificou ser mentira. Posteriormente, argumentou que, o que encarecia a conta não era o preço da água, mas as taxas fixas, o que se comprova também ser mentira. De seguida, tentou ir pela qualidade dos serviços, que nesse caso, mesmo considerando o calcário que corre naturalmente nas águas do Concelho, o argumento é facilmente rebatível porque a INOVA tem ganho sucessivos prémios em matéria de qualidade (Prémio de Excelência de Saneamento, Selo de Qualidade de Resíduos e Selo de Qualidade da Água). Agora, o que se ouve e lê da parta da bancada do PS é que o problema já não é o preço da água, mas a política fiscal do Município, que curiosamente, até foi validada e aprovada pelo vereador do PS na Câmara Municipal de Cantanhede; - Destacou a sinergia que tem sido criada entre diversas partes, num

processo em que a Junta de Freguesia de Murtede tem sido particularmente pró-ativa e que permite o arranque de cepos, a limpeza das Faixas de Gestão de Combustível e a plantação de árvores autóctones nas mesmas faixas, num conjunto de parcerias em que todos foram inovadores e em que todos ganham, dos proprietários às autarquias, passando pelo ambiente; - Por último, porque tem sido recorrente a apresentação de declarações de voto por parte da Bancada do PS sem permitir a discussão de ideias ou o direito ao contraditório, referiu que o debate de ideias alternativas e esclarecidas é um dos pilares da democracia, sobretudo quando é feito de uma forma construtiva e fundamentada. Acrescentou que, os elementos da bancada do PS de Cantanhede têm, ultimamente, enveredado por um caminho indesejável, apresentando fundamentos documentais e comprovadamente errados, e, mesmo quando alertados para o efeito, insistem na sua apresentação e no envio à imprensa de um conjunto de declarações que recorrem pura e simplesmente à mentira. Tal aconteceu, por exemplo, com a declaração de voto sobre o Orçamento para 2021, na qual se referem factos contrários ao que é evidente no documento, quando refere uma falsa deslocação de receitas correntes para despesas de capital e vislumbra uma diminuição de investimento em rubricam que crescem cerca de 1 milhão de euros e em que apela diretamente à ilegalidade e ao incumprimento do princípio do equilíbrio financeiro, visto que apresenta propostas e valores que concorrem significativamente para a diminuição das receitas correntes e para o aumento das despesas correntes, o que implicaria violação dos preceitos legais. Por outro lado, referiu que, numa declaração de voto apresentada na última Assembleia Municipal, é referido que a luta contra a política de impostos municipais "*é uma luta já de há muitos anos dos deputados e dos vereadores eleitos pelo PS na CMC", no entanto,* verifica-se no presente mandato, que os impostos municipais foram

aprovados na Câmara por quatro vezes, tendo a bancada do PS em 75% das vezes votado favoravelmente a política fiscal municipal, incluindo para o presente ano de 2021. Acrescentou que, curiosamente, a única vez em que um vereador do PS votou contra a política fiscal, pouco tempo depois, viu o PS retirar-lhe a confiança política porque não se revia nas suas posições. Por último e numa situação já recorrente, referiu que, a bancada do PS na Assembleia Municipal anunciou numa declaração de voto da última sessão que havia votado em bloco contra determinado ponto, o que se verifica ser falso porque o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Cordinhã, sabendo o que é gerir uma autarquia, votou a favor do mesmo documento. Concluiu que, na sua ânsia de criticar e querer passar um atestado de incompetência ao Executivo Municipal, a bancada do PS de Cantanhede esqueceu-se que, os mesmos erros que aponta, são prática corrente na única autarquia que detém no Município e que, com isso, está a passar um atestado de incompetência ao único executivo autárquico que conseguiu eleger no concelho.----------

------ O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu então a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual, após cumprimentar todos os presentes, saudou, de forma especial, o regresso do Membro da Assembleia José Vieira e passou a comentar as intervenções anteriores, da seguinte forma: - Relativamente às transferências de competências recordou que nas áreas da saúde, educação e Ação Social, as mesmas irão transitar, obrigatoriamente, a 1 de janeiro de 2022, no entanto, desde 1 de janeiro de 2021, já são obrigação de todos os Municípios uma quantidade enorme de competências, nomeadamente: proteção civil, cultura, património, habitação, áreas portuárias e marítimas, praias marítimas fluviais e lacustres, informação cadastral, gestão florestal e áreas protegidas, transportes e vias de comunicação, estruturas de atendimento ao cidadão, policiamento de proximidade,

proteção e saúde animal, segurança dos alimentos, segurança contra incêndios, estacionamento público e, jogos de fortuna e azar. Informou de seguida que, relativamente a muitas competências tem-se preparando a estrutura orgânica para ir ao encontro dessas necessidades, mas surgem agora problemas na operacionalização de todos aqueles processos, referindo que existe uma grande complexidade que se gere à volta da quantidade de delegação de competências, da sua generalização e implementação e que cria graves problemas. Esclareceu que, por um lado, recebem-se as transferências, mas todo o conhecimento, todo o arquivo de todos aqueles processos, nas diferentes áreas, não estão nos municípios, continuando nos locais onde existiam; por outro lado, sente-se que aqueles mesmos serviços não estão propriamente satisfeitos com aquelas transferências de competências, o pessoal não transitou continuando do lado do Estado e não há pacote financeiro. Acrescentou que, por mais estranho que pareça, já existem autarquias a serem contactadas pelas entidades que perderam aqueles serviços, no sentido de reverter alguma daquelas situações e até para contratualizar protocolos porque, apesar de ser feita a descentralização, tudo fica do lado daquelas instituições. Dando como exemplo o caso das praias, referiu que a praia do concelho nada se assemelha às praias que têm uma quantidade enorme de pessoas, de bares, de toldos, que realmente dão aos Municípios uma grande receita, pelo contrário, apenas dá despesa porque o que é necessário fazer numa primeira fase já a Câmara fazia, sendo o caso da limpeza, efetuada por protocolo com a Junta de Freguesia, da recolha de resíduos e da manutenção das infraestruturas. Acrescentou que, a Capitania do Porto da Figueira da Foz continua a ter que emitir pareceres pagos para o licenciamento de certas atividades licenciadas pela Câmara, como é o caso das Escolas de Surf na Praia da Tocha, tal como a ASAE tem que emitir parecer para a venda das bolas de

Berlim, o que em vez de facilitar a vida às pessoas e agilizar procedimentos, apenas agrava todos os procedimentos. Relativamente às vias de comunicação referiu ser outro problema, apesar de ainda haver indicação que a manutenção vai ser feita pelo Estado, no entanto, os serviços camarários já estão a ser reorganizados nesse sentido, tentando contratar pessoas, sobretudo na parte de assistentes operacionais e de outros técnicos que vão necessários, para não falar dos regulamentos e das taxas que não estão preparados e precisam de ser revistos. Assim, considerando que todas as bancadas com assento na Assembleia estão toda com o mesmo objetivo, ou seja a qualidade de vida das pessoas de Cantanhede, considerou urgente que na próxima reunião da Associação Nacional de Municípios se coloquem certas questões, que se analisem a Lei das Finanças Locais e o Regime Jurídico das Autarquias Locais, que se pense no peso financeiro brutal com que os Municípios vão ficar, porque o que se irá receber do Estado não vai chegar. Recordou, de seguida a situação que existiu relativamente aos apoios sociais, na qual o Governo foi contra e mandou para o Tribunal Constitucional, contrariando a decisão do Sr. Presidente da Republica, porque, como dizia o Primeiro-ministro, estando um orçamento a decorrer, no seu entendimento, enquanto pessoa que gere a questão financeira de um país, os apoios às famílias, aos trabalhadores independentes, aos profissionais de saúde, não deviam ser aprovados, uma vez que consubstanciavam um aumento de despesa que não estava contemplado no orçamento. Referiu perceber o seu ponto de vista, porque se trata de uma pessoa que está a gerir um país, que sabe que tem uma determinada responsabilidade perante as outras coisas que foram assumidas, porque nesta época de pandemia, os apoios sociais, têm que ser feitos, naturalmente, mas também tem que haver uma conjugação de tudo o que há necessidade de fazer. Assim, acrescentou que, quando se apresentam saldos positivos, tem a ver com a precaução

e o dever de, em termos financeiros, perspetivar que um orçamento de um município tenha algum suporte para poder, de um momento para o outro, deslocalizar por exemplo um milhão e meio de euros para áreas que são fundamentais, sejam empresas, particulares ou instituições, como hospitais, bombeiros e GNR. Recordou de seguida, o facto de um Presidente de Câmara do PSD ter aceitado as competências na área da educação e quando foi a uma escola com membros do Governo, foram recebidos com uma tarja a dizer que os professores e funcionários não queriam a municipalização da educação, o que indica que vai haver resistências por parte dos trabalhadores. Relativamente à saúde, informou que existe no momento um diálogo mais profícuo ao nível do Hospital e da ARS, estando muitos assuntos a serem resolvidos. Acrescentou ter sido contactada pelo Sr. Diretor do ACES no sentido de se criar um ponto informatizado do Serviço Nacional de Saúde numa freguesia que estivesse com menos proteção na área de saúde, tendo sido entendido que a União de Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima, que perdeu não só as extensões de saúde como as farmácias, seria a indicada, sendo que o local foi escolhido pela Junta de Freguesia. Esclareceu que as pessoas poderão dirigir-se àquele balcão, não tendo propriamente uma consulta direta, mas podem aceder à marcação de consultas, aos pedidos de receitas e a toda uma panóplia de informação que poderá facilitar os habitantes dessa freguesia na área da saúde; - Relativamente ao 25 de Abril, informou que, conjugando com as comemorações dos 100 anos do nascimento de Carlos de Oliveira, as cerimónias decorrerão no Pavilhão Multiusos de Febres, onde em termos de programa, serão efetuadas intervenções dos representantes dos Partidos na Assembleia Municipal e algumas homenagens conforme tem sido habitual. Esclareceu que os convidados serão pessoas ou entidades do próprio Concelho para limitar o número de pessoas e manter a distância

regulamentar. Acrescentou que, como no corrente ano se comemorariam os 45 anos das primeiras eleições livres autárquicas, que foram em dezembro de 76, entendeu-se homenagear, infelizmente todos a título póstumo, os criadores das freguesias novas pós 25 de abril no concelho de Cantanhede, nomeadamente, o Sr. Manuel Fernandes da Freguesia de S. Caetano, o Sr. Mário Miranda de Almeida da freguesia de Corticeiro de Cima, o Sr. Altino Cruz da freguesia de Vilamar, o Sr. Albano Cartaxo da freguesia da Camarneira, e o Sr. Manuel Augusto, da freguesia da Sanguinheira. Serão ainda homenageadas outras individualidades que se encontram ainda por confirmar, sem esquecer a homenagem ao Membro da Assembleia, Carlos Negrão. Finalmente, informou que haverá um espetáculo com a Brigada Vitor Jara cujo espetáculo será transmitido através das redes sociais; - Relativamente à questão sobre o incêndio na Gum Chemical, informou ter estado a acompanhar a evolução da situação, estando a aguardar uma visita àquela empresa tendo em vista auscultar as suas intenções, pelo que, espera poder prestar em informações na próxima Assembleia Municipal; - Relativamente às propostas de melhoramento apresentadas para a rede ciclável, solicitou que o Sr. Luís Pato as fizesse chegar ao Município para que os Serviços possam acautelar algumas das questões referidas e esclareceu que, relativamente ao troço da LUSIMAT, onde a gravilha é extremamente incómoda, o mesmo ainda não foi intervencionado porque vai lá haver uma intervenção relacionada com a zona industrial e só depois é que vai ser colocado o tapete; - Relativamente ao rasgo das ruas que foram intervencionadas no miolo da cidade e à dimensão das rodas da bicicleta, referiu que o projetista dizia à época, que quando fez o projeto, tinha tido em conta a dimensão do pneu, no entanto, o pneu que agora é utilizado num determinado contexto, não é igual ao de uma bicicleta normal. Acrescentou que, as intervenções seguintes já tiveram em consideração essa mesma largura e que,

relativamente à inicial, apesar de se saber que a própria GNR dizer que não é passível de qualquer reclamação ou qualquer indeminização, porque a circulação deve-se fazer de uma outra forma que não no meio da via, está já ser projetado a colocação de uma calha naquela abertura, impossibilitando que um pneu lá possa entrar e provocar o despiste de um ciclista; - Relativamente a vacina da Immunethep, recordou que o processo tem sido acompanhado desde a origem, tendo sido contactada, a Comunidade Intermunicipal, a Sr.ª Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, a Sr.ª Ministra Ana Abrunhosa e a Secretária de Estado, no sentido de ser dado todo o apoio àquela empresa. Informou de seguida que, após reunião com a empresa, está a ser ponderado pela Sr.ª Ministra fazer uma candidatura através do COMPETE, com a possibilidade ainda de financiamento através da AICEP, de acordo com reunião marcada com o Secretário de Estado. Acrescentou que a próxima fase de passagem dos testes para humanos representa 20 milhões de euros, seguindo-se a parte da comercialização com ligação a empresas canadianas. Acrescentou ainda que, como a vacina é aspirada, é uma mais-valia para alguns países, nomeadamente, os PALOP's, com menos recursos em termos de profissionais de saúde, permitindo a utilização de uma vacina que eles próprios possam administrar, não necessitando de um profissional de saúde. Concluiu que, constantemente, está a controlar o assunto com a empresa e que espera que tudo corra bem, indo ao encontro não só da necessidade do ponto de vista da saúde, mas também de um grande investimento para o concelho; - Relativamente à cultura, referiu que, infelizmente, a pandemia trouxe problemas terríveis, não só aos profissionais da cultura como aos amadores e informou que o ciclo de concertos está a decorrer muito bem, com impactos muito favoráveis, permitindo que pessoas do concelho, com qualidade e que têm estado parados há tanto tempo, proporcionem momentos

agradáveis aos munícipes através das redes sociais; - Relativamente ao preço da água, considerou que por ter sido a DECO a apresentar a informação a mesma é mais validada do que se fosse uma informação interna e referiu que tinha consciência de que havia municípios que tinham água mais barata porque por vezes era subsidiada, mas que a partir do momento em que passaram para empresas intermunicipais, o preço ficou quase incomportável. Informou, de seguida que, como o parecer da ERSAR não é vinculativo, a INOVA consegue manter o preço da água e do saneamento, apesar de ERSAR não concordar com os mesmos por uma questão de lógica económica - financeira, que tem de suportar todo o serviço. Acrescentou que, devidos aos investimentos efetuados, talvez não se consigam manter aqueles preços e que, relativamente à qualidade da água, apesar de ser uma água mais calcária, todos os prémios que tem obtido revelam que a empresa municipal, além de ter estabilidade financeira, está a fazer um bom trabalho.----------

------ O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra à Sr.ª Vereadora Célia Simões, a qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, informou relativamente ao Centro de Vacinação de Cantanhede (CVC) que desde o início a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, se disponibilizou para que o Município estivesse no processo de corpo e alma, o que tem acontecido. De seguida, louvou os profissionais das extensões de saúde que têm sido incansáveis em conjunto com todos os esforços que têm sido feitos pelo Municipio, porque desde o início da vacinação já foram administradas mais de 10.000 doses. Referiu que as vacinas não são calendarizadas no tempo como deveriam ser, o que coloca dificuldades no recrutamento de pessoal, pelo que, no momento, estão 4 pessoas em rotatividade da Ação Social, da Saúde e do CLDS para apoiar a triagem de listas que são enviadas da ARS ou do Centro de Saúde e ainda mais 4 pessoas que efetuam a higienização

dos espaços para que tudo corra bem. Referiu ainda que, no início, eram vacinadas uma média de 200 pessoas ao dia, mas houve dias em que foram vacinadas 700. Acrescentou que a Sr.ª Presidente da Câmara quis foi dar aos profissionais de saúde estabilidade e bem-estar para que o processo de vacinação fosse feito com qualidade, o que se comprova com os agradecimentos recebidos. Informou que o processo foi auditado sendo que o relatório apenas apontou pequenas arestas que têm de ser limadas relativamente, por exemplo, a cabelos fora das toucas e aos circuitos, os quais já estão a ser trabalhados. Agradeceu à Proteção Civil pelo facto de todos os desafios lançados terem sido cumpridos. Relativamente ao Hospital, referiu que, não existindo um serviço de urgência nem um serviço de consulta aberta em Cantanhede, foi lançado um desafio ao Dr. Luís no sentido de usar a unidade móvel de uma forma que chegasse às populações mais desfavorecidas ou que, de alguma forma, estivessem mais isoladas, uma vez que o concelho é maioritariamente de população idosa e tem 400 quilómetros quadrados de área. Acrescentou que, apesar do mesmo ter concordado, quando chegou a viatura, houve uma conversa com o Conselho Diretivo do Hospital Arcebispo João Crisóstomo tendo sido repensada a forma como seria gerido o protocolo assinado. Assim, informou que, no momento, a carrinha continua no estaleiro da Câmara Municipal porque é a Câmara que custeia todas as despesas inerentes, tendo-lhe sido adstrito um motorista para fazer o acompanhamento daquele veículo elétrico para que não avarie rapidamente. Acrescentou que o desafio foi muito bem aceite pelo Hospital e agradeceu toda a disponibilidade demonstrada pela Dr.ª Diana Breda, pela Dr.ª Teresa e pelo Enf.º Artur Carvalhinho. Explicou, de seguida que todas as quintas-feiras a carrinha móvel chega às 8h30 ao Hospital para levar um técnico de análises, um de eletrocardiograma e o Dr. Maçon, dermatologista, dirigindo-se de seguida para a extensão de saúde ou a

USF marcada para esse dia, onde são realizadas, no máximo, 20 colheitas de sangue e 20 eletrocardiogramas, e ainda as consultas de dermatologia que serão entendidas como necessárias. Já as sextas-feiras são reservadas apenas para ecografias, estando assim todos unidos para conseguir melhorar as necessidades e a qualidade de vida das populações que estão mais isoladas e que têm mais dificuldade em aceder à realização daqueles meios complementares de diagnóstico. Relativamente ao evento do dia Mundial da Saúde, informou sobre o convite do Hospital para que o Município estivesse presente e onde foram apresentados alguns projetos que foram uma mais-valia reconhecida pelo Hospital, nomeadamente: - O projeto VirtuALL, parceria da Câmara Municipal com a ADELO e com mais 6 municípios, o projeto CLDS 4G, as tardes comunitárias e o CUIDIN, e projeto dos cuidadores informais que serviu de base para uma parceria protocolada com o Hospital, no sentido de serem identificados todos os cuidadores de pessoas em fases difíceis e por vezes em fase terminal de vida e que sejam pertinentes para a candidatura do Hospital em cuidados paliativos; - O facto de o Municipio já ser reconhecido como familiarmente mais responsável e também como + Inclusivo; - O Balcão SNS24 que está para iniciar na próxima semana, se não houver alterações. Finalmente, afirmou acreditar que a vinda definitiva daquele Balcão fará toda a diferença no atendimento e que, espera que alguém do Governo veja o que o Município e o Hospital estão a fazer em conjunto, unindo esforços para que o Concelho possa voltar a ter o que precisa para os seus 35.000 residentes, ou seja, um serviço de urgência.----------

------ O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra à Sr.ª Presidente da Junta de Freguesia de São Caetano, Eduarda Pedro, a qual, após cumprimentar todos os presentes, referiu-se ao protocolo de fibra ótica assinado a 2 de julho de 2020, que comtempla a expansão da fibra ótica por todo o concelho.

Recordou que o projeto dessa cobertura e modernização de fibra ótica tem sido estrategicamente planeado entre a ALTICE e o Municipio de Cantanhede, sendo um investimento que desde o início pretendeu olhar para o território de forma igual, sem discriminação, tendo por objetivo atingir praticamente a cobertura total do Concelho com fibra ótica. Contudo, verifica-se que, na freguesia de S. Caetano, existem 3 localidades que dificilmente, num curto prazo de tempo, terão aquele serviço disponível, uma vez que, conforme informação da ALTICE, o lugar de Cantos da Fervença só será contemplado em 2022, se tudo correr bem, e as localidades de Pisão e Corgo Covo ainda estão em análise. Sabendo que nem todas as localidades podem ter uma resposta rápida, por serem mais dispersas e com poucas habitações, tendo tido alguns desabafos dos habitantes daquelas localidades no sentido de terem dificuldade em conseguir as aulas remotas derivado da paragem das aulas, questionou se o protocolo assinado pelo Município contemplou aquele tipo de situações e se existe a possibilidade dos habitantes de Cantos da Fervença, Pisão e Corgo Covo terem acesso à internet por outro meio sem ter que acatar com os custos avultados da faturação.----------

------ O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Conceição Sá, a qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, deu os parabéns à Sr.ª Presidente pela forma como está organizado e tem sido gerido todo o processo de vacinação e questionou sobre a forma como é feita a articulação entre a Câmara Municipal de Cantanhede e os serviços de saúde relativamente ao plano de vacinação municipal COVID-19.----------

------ O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra ao Sr. Luís Pato, o qual, referindo-se á intervenção do Sr. Carlos Fernandes relativa às posições do PS, recordou ter sido ele próprio, na última Assembleia Municipal realizada via remota, a

apresentar a declaração de voto em causa, tendo ficado bem explícito que, o que estavam a criticar, era a prática financeira da Câmara com o saldo de gerência positivo obtido. Acrescentou que há que haver algum cuidado com os levantamentos efetuados ao longo dos anos porque, em 2019 o orçamento foi votado com 5 votos a favor e 1 voto contra, em 2020, relativo ao orçamento de 2021, foi votado com 5 votos a favor e 2 contra. Enquanto líder da bancada do PS na Assembleia Municipal, afirmou que a forma como a sua bancada lida com as suas situações já foi explicitada e, no caso concreto dos seus vereadores, a situação apenas diz respeito à bancada, pelo que não admite ouvir determinadas situações. Acrescentou que, em relação à pessoa em concreto, foram claros e colocaram o comunicado no dia em que a decisão foi tomada, pelo que não admite qualquer insinuação, mesmo em contexto de pré-eleições autárquicas. Relativamente à situação anteriormente referida pela Sr.ª Presidente da Junta de Freguesia de São Caetano, Eduarda Pedro e tendo em conta que, eventualmente, possa haver mais uma situação pandémica que obrigue as pessoas a estar em casa, sugeriu que a Câmara fizesse um levantamento das zonas sombra no que concerne à questão da rede da internet.----------

------ O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra ao Sr. Carlos Fernandes, o qual reiterou manter tudo o que disse, esclarecendo que não falou de aprovação de orçamentos, nem de contas, mas sim de impostos municipais, para os quais 75% das vezes a bancada do PS votou a favor, inclusivamente nos impostos para 2021. Acrescentou ainda ser estranho que a bancada do PSD tenham de admitir declarações de voto e comunicados à imprensa com falsidades e a bancada do PSD não possa fazer uma interpretação linear de documentos públicos e colocados à disposição da população, à imprensa, sendo verdade que, a única vez que o Vereador do PS votou contra os impostos municipais, passado pouco tempo, o PS retirou-lhe a

confiança politica.----------

------ Voltou a intervir a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual, relativamente à questão colocada pela senhora Presidente da Junta de Freguesia de São Caetano, ser evidente que a Altice é uma empresa privada, tendo sido muito claro, no protocolo que estabeleceu com a Câmara, que algumas intervenções não são suscetíveis de trazer o rendimento que ela própria entende. Contudo, por causa da questão da educação já foi feito o levantamento das tais zonas sombra, para serem definidas as áreas que não têm essa mesmo cobertura. Informou ainda já ter decorrido uma reunião com uma empresa que está disponível para fazer a cobertura das zonas onde a ALTICE não intervém e o responsável da parte da Informática, que aguarda mais pormenores e alguns elementos complementares no sentido de ver de que forma se poderá implementar aquela cobertura.----------

------ Voltou também a intervir a Sr.ª Vereadora, Célia Simões, em resposta à Sr.ª Conceção Sá, informando que, as listas das pessoas a vacinar são da exclusiva responsabilidade da saúde, ou seja, das extensões de saúde com as suas equipas, do ACES e da ARS. Acrescentou que aquelas listas apenas são comunicadas em termos de número de pessoas, no sentido de serem articuladas as necessidades de pessoal, que atende na fase inicial, que encaminha para a triagem e que posteriormente faz a limpeza. É ainda dado conhecimento por cada equipa de saúde das necessidades das pessoas relativamente aos mais dependentes, dos mais desfavorecidos, aqueles que não conseguem ir ao centro de vacinação e, nessa caso, é a Ação Social do Municipio que verifica essas condições e se for necessário, entra em contacto com os Bombeiros Voluntários de Cantanhede e paga a deslocação das pessoas acamadas ou mais dependentes para o Centro de Vacinação, sendo de seguida reencaminhados para casa, tanto para a primeira dose como para a segunda.

Referiu ser uma colaboração muito estreita e assertiva que tem funcionado muito bem.----------

------ Agradecendo os esclarecimentos prestados, a Sr.ª Conceição Sá, afirmou ter ficado esclarecida e sentir que o plano de vacinação municipal é uma demonstração da importância que tem o poder local no combate à pandemia COVID-19. De seguida, referindo-se à intervenção do Sr. Luís Pato, referiu que, na verdade, a sua bancada sente que, através da cooperação e da partilha de pensares diferentes se sentem muito mais apoderados, pelo que considera que se houver cooperação, a liberdade nunca termina quando a do outro começa. Acrescentou que, é preciso haver momentos de intercessão das liberdades individuais de cada um, focados naquilo que é essencial, no caso o poder autárquico para servir o cidadão e não qualquer partido. Acrescentou ainda que foi eleita para servir o cidadão e, nesse sentido, há espaço para pensar e tomar posições de forma diferente, apesar de também haver lugar à disciplina partidária. Assim, afirmou que, se individualmente pensa de forma diferente relativamente à sua bancada, sente que tem o espaço de exercer o seu direito de liberdade e assim, serem todos muito mais apoderados a uma democracia mais fortalecida e, sobretudo, com uma visão plural e mais diversificada.----------

------ Retomou a palavra o Sr. Luís Pato agradecendo as palavras da Sr.ª Conceição Sá, afirmando não poder estar mais de acordo com o que acabou de dizer e, esclarecendo que apenas colocou em causa o facto do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murtede, Carlos Fernandes, se pronunciar acerca dos assuntos internos do Partido, pois a bancada do PS não lhe reconhece esse direito. Acrescentou que, efetivamente, ao longo da história da Assembleia Municipal, existem vários exemplos em que as bancadas que compõem o órgão estiveram em consonância umas com as outras, porque, efetivamente, todos estão com o imperativo de exercer a sua

cidadania.----------

------ O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Tocha, Fernando Pais Alves, o qual felicitou e agradeceu, eu seu nome e em nome do Executivo que lidera, à Câmara Municipal, na pessoa da sua Presidente, Helena Teodósio, por três obras que finalmente estão a ser feitas na Tocha, nomeadamente, os passadiços da Praia da Tocha, a remodelação do Parque Desportivo da Praia da Tocha e uma obra que tem mais de 10 anos e que, finalmente arrancou, os passeios pista – 1ª fase das Berlengas.----------

------ O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo, a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual prestou um esclarecimento ainda, relativamente à intervenção da Sr.ª Vereadora, Célia Simões, sobre a carrinha que, em articulação com o Hospital e com o ACES está a fazer o acompanhamento das consultas de dermatologia, eletrocardiogramas e ecografias, entre outas. Assim, esclareceu que o facto da carrinha se deslocar apenas a algumas freguesias é uma decisão que partiu das USF´s ou das extensões de saúde. Referiu ainda ser evidente que lhe desagrada que possa haver vários níveis e várias energias distintas entre algumas extensões de saúde e espera que agora, no terreno, as pessoas fiquem sensibilizadas e que depois avancem também para as outras.----------

------ Estando prestes a terminar o período de antes da ordem do dia o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, teceu alguns comentários sobre a área da saúde, nomeadamente, não haver dúvida, que de acordo com o que tem sido dado a conhecer pela Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, nas últimas Assembleias Municipais, existe um bom relacionamento entre o Hospital Arcebispo João Crisóstomo e a Câmara Municipal e que, os protocolos que vão sendo celebrados sempre têm como objetivo a prestação dos cuidados de saúde aos munícipes. Nesse

sentido recordou que a questão das unidades móveis já estava contemplada no protocolo assinado em 2007, podendo finalmente a expensas da Câmara Municipal, vir a arrancar com alguma capacidade diferenciadora, nomeadamente, procurando a proximidade das pessoas que estão mais afastadas e particularmente da população idosa e com alguma dificuldade para se poder deslocar aos Centros de Saúde. Referindo-se de seguida à questão da urgência frisada pela Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio e pela Sr.ª Vereadora, Célia Simões, apesar da boa relação que possa existir com o Hospital e à possibilidade de, mais tarde, se poder ter finalmente uma consulta não programada para casos agudos, seja consulta aberta como estava a funcionar, seja urgência, recordou que, nas últimas reuniões da Sr.ª Presidente de Câmara com a Sr.ª Ministra da Saúde, esta própria disse, com muito ceticismo que seria muito difícil abrir a urgência em Cantanhede porque era preciso prova que realmente ela era necessária. Recordou que a urgência já tinha sido desativada em 2001 e que em 2007 passou a ser designada de consulta aberta porque, entre a meia-noite e as 8 da manhã a quantidade de casos graves não chegava a 1% e eram encaminhados diretamente para Coimbra, sendo certo que, na sua opinião, como existem unidades de suporte avançado de vida, mais difícil se torna, justificar a abertura de uma urgência 24 horas por dia, com todos os custos inerentes. Considerou assim que, apesar da boa relação com o Hospital, devem perseguir o objetivo de, pelo menos, a consulta aberta voltar a ser reaberta, não esquecendo o assunto. Referiu também ter sido fortemente criticado na sua intervenção do 25 de julho, afirmando que não deixará de fazer o que for necessário porque o assunto não pode morrer, alertando a Assembleia Municipal, de que não se trata de uma questão partidária, porque todos foram eleitos para defender o que acham melhor para as populações, nomeadamente, o contrato que foi feito com o

Ministério da Saúde em 2007 e que, unilateralmente, sem consulta ao Municipio, aquele decidiu revogar. Afirmou ainda que, ele próprio na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal não deixará de recorrer, se assim for entendido e se a Assembleia assim o entender, a todos os mecanismos legais para fazer reverter aquela situação.----------

------ Não havendo mais pedidos de intervenção o Sr. Presidente da Mesa deu por encerrado o período de antes da ordem do dia.----------

------ **Entrou-se de seguida no Ponto 1 da Agenda de Trabalhos - «Apreciação de uma informação da Sr.ª Presidente da Câmara»**:----------

------ A Assembleia Municipal tomou conhecimento. ----------

------ **Passou-se, de seguida ao Ponto 2 - "Pedido de atribuição de direitos de prospeção e pesquisa de depósitos minerais de Caulino (para efeitos do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 88790 de 16 de março) numa área denominada "Loureira" / Requerente: Silver Sand – Areias e Argilas, Ld.ª / Emissão de parecer desfavorável / Para conhecimento e tomada de posição"**:----------

------ O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que a empresa Silver Sand - Areias e Argilas, Lda, requereu a atribuição dos direitos de prospeção e pesquisa de depósitos minerais de caulino numa área denominada "Loureira" que abrange os lugares de São Caetano, Porto Covo, Pisão, Criação e Olhos da Fervença, nomeadamente, nas freguesias de S. Caetano e de Cadima. Acrescentou que o requerimento, curiosamente, não foi indeferido pela Direção Geral de Energia e Geologia, porque aquela Direção Geral considera haver garantias e condições mínimas de viabilidade para o projeto, não tendo sido consideradas razões de interesse público para o seu indeferimento. Considerando, de seguida que, se trata de uma zona onde são

efetuadas as captações de água do Concelho e de uma zona turística, em que dista com as medidas que habitualmente são consideradas, verificando-se ainda que os distanciamentos não são os corretos de acordo com o que é pretendido; Considerando a importância na defesa daquelas povoações e do concelho; Tendo em conta os pareceres da Freguesia de S. Caetano e de Cadima e as tomadas de posição das suas Assembleias de Freguesia contra aquela prospeção; solicitou que também a própria Assembleia Municipal, se assim o entender, tome uma posição para reforçar as das Juntas de Freguesia. Finalmente, informou que também foi solicitado à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra para agendar o assunto na sua próxima reunião e solicitou ao Sr. Presidente da Mesa, João Moura que o Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso, pudesse desenvolver o assunto.----------

------ O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu então a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, afirmou ser uma causa pela qual todos os presentes se devem unir para evitar o que pode ser desastroso para o concelho e mesmo para a região, incompatível com um concelho mais verde, mais sustentável e mais competitivo do ponto de vista ambiental e turístico. Recordou que o Município está contra a exploração dos caulinos nas imediações dos Olhos da Fervença, tendo já solicitado tomadas de posição à CCDRC, e à CIM/Região de Coimbra, estando agora em causa tomar uma posição de força também por parte da Assembleia Municipal, porque todos consideram que existe manifesto interesse público que justifica o indeferimento daquele processo, que nem devia ter avançado para a fase em que se encontra. Afirmou ser indiscutível que o licenciamento de caulino numa área adjacente à nascente dos Olhos da Fervença, que abastece de água a totalidade da população do Municipio e até algumas franjas dos concelhos vizinhos, se torna extremamente perigoso e até irresponsável. Afirmou

ainda que será, inevitavelmente, um atentado ambiental aos recursos naturais entre os quais hídricos, subterrâneos, superficiais na zona de proteção, bem como culturais com todas as suas consequências porque se encontra a menos de 500 metros da zona intermédia, menos de 1000 metros da zona de proteção imediata, sendo um distanciamento tão reduzido e inadequado da exploração que vai, inevitavelmente, como se regista noutras situações semelhantes e noutros locais, consequências gravosas. Acrescentou que, essas consequências indesejáveis, como a degradação ambiental e ecológica, têm implicações não apenas nas atividades agrícolas e florestais, não menos importante do ponto de vista de sustentabilidade ambiental, mas também ao nivel da saúde pública, quer da diminuição da qualidade do ar, do aumento substancial do ruido, da contaminação dos solos, enfim, todos os prejuízos que dai decorrem. Referiu ainda que, do ponto de vista económico, a aprovação daquela exploração significava destruir por completo o projeto de intervenção de interesse público de valorização do património natural e turístico, porque não é inconcebível pensar em investir numa área daquelas, tendo como vizinhança uma exploração daquele tipo. Concluiu assim que, a possibilidade de licenciamento daquela exploração de caulino vai acarretar consequências negativas devastadoras do ponto de vista ambiental, social, cultural, hidrológica e da segurança, a maior parte delas irreversíveis, desvirtuando por completo o projeto de desenvolvimento que o Municipio tem para o concelho, precisamente para aquele lugar, conforme focou muito bem espelhado pelas Juntas de Freguesia e pelas Assembleias de Freguesia na argumentação que apresentaram e que o Município fez presente a várias entidades, nomeadamente à Direção Geral da Energia.----------

------ Interveio o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, recordando que o assunto é "para conhecimento", com a possibilidade da Assembleia Municipal, se assim o

entender, tomar uma posição. Assim, solicitou informação aos líderes das bancadas, sugerindo que, de seguida o assunto fosse analisado em alinhamento com a posição da Câmara, das próprias Juntas de Freguesia e das Assembleias, demonstrando, de alguma forma, o descontentamento sobre a situação.----------

------ Interveio então o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murtede, Carlos Fernandes, o qual procedeu à leitura de um documento que consubstancia as tomadas de posições já assumidas, quer pela Câmara Municipal, quer pelos órgãos autárquicos das Freguesias de S. Caetano e Cadima, do seguinte teor: "*Tomada de posição. Pedido de atribuição de direitos de prospeção e pesquisa de Depósitos minerais de Caulino na área denominada "Loureira", do requerente "Silver Sand – Areias e Argilas, Ld.ª" - De acordo com o Aviso n.º 4146/2021 publicado no Diário da República de 05-03-201, a empresa Silver Sand – Areias e Argilas, Lda requereu a atribuição de direitos de prospeção e pesquisa de depósitos minerais de caulino, para efeitos do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 88/90, de 16 de março, numa área de 1,698 Km² e denominada "Loureira", que se localiza entre os lugares de São Caetano, Corgo Covo, Pisão, Criação e Olhos da Fervença, no Município de Cantanhede; A Assembleia Municipal de Cantanhede considera que o requerimento de atribuição de direitos de prospeção e pesquisa de depósitos minerais de caulino solicitado pela empresa Silver Sand – Areias e Argilas, Lda encontra-se em desenvolvimento, uma vez que não foi indeferido pela Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG), de acordo com o nº 2 do artigo 5º do DL 88/90 de 16 de março, isto é, foi considerado haver garantias e condições mínimas de viabilidade do projeto, bem como não foram consideradas razões de interesse público para o seu indeferimento. Desta forma o processo de pedido de atribuição de direitos de prospeção e pesquisa de depósitos minerais de caulino seguiu para o passo seguinte, nomeadamente para o*

estabelecimento de caução provisória, publicidade e esclarecimentos, de acordo com o n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 88/90, de 16 de março; A Assembleia Municipal de Cantanhede considera que a atribuição de direitos de prospeção e pesquisa, que poderá culminar no licenciamento de exploração de caulinos, será extremamente prejudicial para o desenvolvimento da região pelos seguintes motivos: A exploração de recursos naturais é uma atividade que dificilmente se coaduna com a presença de espaços e elementos naturais a preservar, com lugares habitacionais e com áreas turísticas; De acordo com o disposto no número 3 do artigo 37º do Regulamento do Plano Diretor Municipal (PDM), o licenciamento de novas explorações ou de renovações de explorações existentes ficam condicionadas a um afastamento mínimo de 500 metros, de solo urbanizado, solo urbanizável, aglomerados rurais, áreas de edificação dispersa e nascentes, pelo que cerca de 1,00 Km^2 (60%) da APPDM (área norte), é abrangida por esta condicionante. O distanciamento reduzido e inadequado da área de prospeção aos lugares existentes terá um impacto negativo muito significativo de âmbito social, devido ao facto da existência de uma grande ligação das populações com a natureza e a tranquilidade da zona. O aparecimento de uma atividade de exploração de recursos geológicos será com certeza um elemento gerador de perturbação, de contestação e de não aceitação por parte da população residente; Tendo em consideração a extrema importância da nascente dos Olhos da Fervença, que abastece a totalidade da população do Município de Cantanhede, alargando ainda o abastecimento a municípios vizinhos, torna-se extremamente perigoso, e até irresponsável, o licenciamento de uma exploração de caulino neste local; Tendo ainda em consideração o projeto turístico através do Plano de Pormenor – Plano de Intervenção em Espaço Rural (PIER) em desenvolvimento para os Olhos da Fervença, bem como a sua interação com um importante espaço natural e cultural

envolvente, que se pretende preservar e valorizar, chama-se a atenção que o licenciamento de uma pedreira a céu aberto, nas imediações, poderá colocar em causa todo o projeto de desenvolvimento da zona e o sucesso social económico e turístico do mesmo; Para além dos recursos hídricos subterrâneos, a área delimitada para prospeção e pesquisa abrange parcialmente a bacia hidrográfica da Vala da Veia e da Ribeira da Corujeira, que contempla os mais importantes recursos hídricos superficiais do Concelho de Cantanhede; Do ponto de vista cultural e natural a implementação do projeto de exploração de caulino arruinará por completo, os valores naturais e culturais ímpares da região, como por exemplo a Rota dos Moinhos que se pretende implementar com o desenvolvimento do PIER dos olhos da fervença, a ampliação da rede ciclável do Município de Cantanhede, os percursos pedestres da "Rota do Tremoço". Do ponto de vista ambiental a possibilidade de licenciamento de uma exploração de caulino na zona pretendida será inevitavelmente um "atentado ambiental", considerando a importância dos recursos naturais, culturais e hídricos, subterrâneos e superficiais. Sublinha-se a proximidade da APPDM em relação à zona de proteção da Nascente dos Olhos da Fervença, o que em termos geológicos é uma distância insignificante, no que respeita à possibilidade da zona pretendida para a prospeção e pesquisa estar integrada na área de abastecimento dos aquíferos que originam a nascente: Menos de 500 metros à Zona de Proteção Intermédia; Menos de 1000 metros à Zona de Proteção Imediata. A potencial exploração de caulinos originará no território um impacto muito significativo com consequências, ambientais, sociais, hidrológicas e de segurança irreversíveis, desvirtuando por completo os desígnios de desenvolvimento sustentável preconizados para o concelho de Cantanhede, porquanto: A área do projeto ascende a 169,8 hectares, prevendo-se que a ação antrópica prevista se estenda por muitos anos de exploração, originando

impactos muito significativos na paisagem rural de floresta e consequentemente na valorização turística que se pretende promover no local; A área do projeto localiza-se na freguesia de São Caetano, inserindo-se totalmente em zona de ocupação florestal (91 ha de pinheiro-bravo e 74 ha de eucalipto), numa das maiores manchas florestais de pinheiro bravo do concelho que urge promover e preservar; Esta área localiza-se em plena Gândara, uma "zona bastante arenosa de terra desprovida, pouco fértil e até alagadiça", pelo que as ações de decapagem (destruição do coberto vegetal rasteiro e abate das espécies florestais) se traduzirão numa alteração duradoura do uso do solo, em tudo contrária às práticas ancestrais que ditaram a plantação de arvoredo para evitar fenómenos de erosão e a progressão das areias litorais; Como é sabido, habitual e recorrente, este tipo de explorações geram outros passivos ambientais impossíveis de recuperar natural e paisagisticamente, devido às profundas alterações topográficas originadas pelas operações; A libertação de grandes quantidades de pó de caulino para a atmosfera através do processo de extração a céu aberto originará a curto prazo e de forma significativa a degradação dos recursos naturais existentes e dos ecossistemas associados; A acumulação de pó de caulino à superfície dos solos será um elemento de degradação do recurso natural e da fauna e flora associada, uma vez que pelas suas propriedades originará a impermeabilização dos solos, reduzindo a infiltração das águas pluviais e aumentando os caudais torrenciais; "O resíduo do caulino, argila caulinita, causa alterações significativas na qualidade dos recursos hídricos, sendo responsável pela contaminação das águas dos rios deixando-a esbranquiçada e turva. O material provoca a morte de peixes. Além disso, também é responsável pela desfiguração da paisagem" (NOBREGA, 2008). A proximidade às povoações e aglomerados terá impactos profundamente negativos sobre os seres humanos e a sua qualidade de

vida, infraestruturas e equipamentos públicos e sobre todo o conjunto de valores naturais e patrimoniais coletivos; Estudos de saúde pública internacionais realizados ao longo de décadas admitem que a exposição continuada ao fino pó de caulino (partículas inferiores a 0,2 microns) provoca graves problemas de saúde nos humanos, mesmo naqueles que duma forma passiva são obrigados a respirar uma atmosfera poluída por este mineral; A quantidade e volume dos ruídos mecânicos provocados, não só pelas operações extrativas, mas também pelo aumento da circulação de veículos pesados, afetará de forma muito significativa a qualidade de vida das populações, nomeadamente no que diz respeito a poluição sonora; Relativamente à segurança e uma vez que o caulino é um mineral com elevada higroscopia, a sua deposição sobre as vias rodoviárias, mesmo que inadvertidamente, representa um perigo não desprezável para a segurança rodoviária, uma vez que em dias de chuva, o mineral transforma-se numa argila altamente plástica e escorregadia; Os elevados níveis freáticos implicarão necessariamente que a exploração recorra a amplas operações de drenagem e dragagem, com rebaixamento do nível hidrostático e maior vulnerabilidade à infiltração de contaminantes devido à permeabilidade das formações expostas, fatores extremamente prejudiciais aos relevantes recursos hídricos (que como se disse, abrangem linhas de água superficiais, depósitos subterrâneos, captações para abastecimento, zonas turísticas e poços); Mais se refere que a Junta de Freguesia de Cadima ao longo dos anos pautou a sua atuação por uma política de defesa e preservação dos costumes, tradições, património e riqueza natural do seu território, sumariamente compilados na seguinte postura: São exemplos desta política a documentação de costumes e tradições, a recuperação de património nomeadamente aquele que está ligado a um processo sustentável de ligação à natureza como a recuperação e preservação de moinhos de rodízio, a

recuperação de fontes e a limpeza de cursos de água (de menor ou maior caudal), a preocupação com a preservação do coberto vegetal natural e autóctone como o carvalho português, o sobreiro, o zambujo, a murta e o rosmaninho, mas também e muito especialmente, o coberto vegetal das zonas de pinheiro bravo onde nos matos despontam os tradicionais míscaros da região gandaresa. A preservação de nascentes tem merecido uma constante atenção e vigilância para que se mantenham puras e não sejam afetadas por poluição ou destruição provocada pelo Homem e, exemplo dessa preocupação, é a monitorização do meio natural envolvente dos inúmeros olheiros existentes na freguesia e muito especialmente das nascentes dos Olhos da Fervença; Recentemente aquela Junta apadrinhou o plantio, na vala das nascentes dos Olhos da Fervença, de alguns pés de Vallisneria spirallis, planta aquática autóctone do nosso país e quase extinta, e que se pretende que tenha na freguesia um foco de proteção e irradiação positiva para os leitos dos ribeiros. Com a limpeza de materiais poluentes, nomeadamente plásticos, dos leitos e taludes dos ribeiros, pretendeu-se contribuir para o regresso da fauna característica dos cursos de água, através da recuperação de troços de leitos ribeirinhos que propiciem o regresso e fixação da lontra, do guarda-rios e de espécies piscícolas com o ruivaco, a enguia, o barbo e a pardelha, entre outros; O estabelecimento de uma rede de percursos pedestres é um projeto em fase de implementação, como é o exemplo da Rota do Tremoço, percurso pedestre com cerca de uma dezena de quilómetros em zona natural, próximo de cursos de água e com ponto âncora nos Olhos da Fervença; Recorda-se a importância vital daquelas nascentes e que aquelas exsurgências fazem parte de um aquífero que é de fundamental importância para toda a região da Gândara e da Bairrada; recorda-se que este aquífero está sob camadas arenosas e calcárias, logo permeáveis, e que qualquer exploração à superfície, como é o exemplo da

exploração de caulino, contribuirá e tenderá a criar condições de quebra dos equilíbrios naturais, afetando a qualidade das águas que todos consumimos; Traz-se para a discussão o projeto de fundamental interesse socioeconómico para a Freguesia de Cadima que é a atual projeto e futuro investimento na requalificação sustentável e amiga do ambiente que se pretende, para a Praia Fluvial dos Olhos da Fervença; Com a mera possibilidade da existência de um projeto de prospeção e de exploração de caulino nesta região, tudo o que atrás foi referido pode ser posto em causa; Nesse sentido, foi com estupefação local que foi recebida a notícia de que uma empresa, completamente estranha e externa ao tecido económico e social da região, pretendia que lhe fosse concedida autorização para prospeção e exploração de caulino, a efetivar em terrenos legados pelos antepassados dos atuais residentes, que sempre se esforçaram e tiveram o cuidado e o carinho de os salvaguardar, de os manter intactos, respeitadores do meio ambiente envolvente, resguardando-os de incêndios e outras catástrofes; A estupefação decerto se transformará numa muito forte indignação e criará, junto da comunidade local, um clima de revolta legítima e compreensível: O que se pretende com este projeto, para além de um impacto ambiental incomensurável, é a espoliação a favor de terceiros e desconhecidos, de uma riqueza coletiva da qual a comunidade tem vindo a cuidar e a preservar, de um legado recebido dos nossos ancestrais e que se pretende transmitir às gerações vindouras, da memória de quem tanto se esforçou e lutou contra um meio adverso, é colocar em causa a manutenção da própria identidade coletiva; Pelo exposto, os órgãos autárquicos da Freguesia de Cadima e, muito especialmente, a maioria da comunidade, dizem não à atribuição de direitos para prospeção e exploração de caulino no território da Freguesia. A Junta de Freguesia de São Caetano, freguesia abrangida pela área delimitada para atribuição de direitos de prospeção e pesquisa

de caulinos emitiu também o seu parecer desfavorável: Apesar deste mineral se integrar no domínio público do Estado, nos termos do Decreto-lei nº. 88/90, de 16 de março, considera-se que os contratos de concessão para a sua exploração na área requerida, terão um impacto devastador e extremamente negativo na freguesia, como aliás se comprova em outras explorações à superfície desse mesmo mineral, noutros locais do país; Para além disso, a sua exploração coloca em causa o equilíbrio ambiental desta região e em risco os lençóis freáticos de uma área, considerada demasiado próxima da nascente de água da Fonte das Amieiras, procurada pela população desta e de outras freguesias do município, bem como por população do município vizinho – Mira; Com a exploração de caulinos nesta área, não só estarão em causa os elevados parâmetros de qualidade da água proveniente da nascente de Olhos da Fervença, mas também a dita nascente da Fonte das Amieiras que será inevitavelmente extinta e os poços de regadio das imediações terão seguramente o mesmo fim, com o impacto negativo imediato na agricultura de subsistência, típica das aldeias da freguesia; Elevando ao expoente máximo o lema "Água é Vida", parece claro, que é a vida das pessoas que ali residem que está em causa e os parâmetros de qualidade de vida que as levou a fixarem-se na região, serão fortemente afetados; O ruído, as poeiras, a degradação das habitações unifamiliares daquelas aldeias e das infraestruturas viárias que lhe dão suporte, são igualmente ameaças para a população; Os espaços e elementos naturais a preservar, com lugares habitacionais e com áreas convidativas ao turismo sustentável, como são o Centro Equestre de S. Caetano e a zona dos Moinhos, são outro dos motivos que levam a tomar uma posição desfavorável à existência de explorações de recursos naturais na freguesia; Pelos motivos anteriormente enunciados, entende-se estarem em causa razões de interesse público para o seu indeferimento, nomeadamente os efeitos nefastos nas Nascentes

de Água suprarreferidas, bem como no próprio turismo sustentável, comprometendo todos os projetos em curso e/ou a desenvolver, pelo que a autarquia assume uma posição firme contra este tipo de exploração na região e subscreve ainda os argumentos já descritos e enunciados pelo Município de Cantanhede; Esta posição dos órgãos autárquicos da Freguesia de S. Caetano vai de encontro àquilo que são os interesses da freguesia e dos seus habitantes, mas também de todo o concelho, procurando deste modo salvaguardar os padrões de qualidade de vida de todos quantos lá vivem; Dada a gravidade desta questão e a fim de alertar a sociedade civil para esta problemática, a Freguesia de S. Caetano defende a criação de uma petição pública contra esta ameaça eminente que representa a exploração de caulinos na região, no sentido de reforçar as tomadas de posição face a esta questão, mas também para dar a possibilidade à sociedade civil de se manifestar sobre esta matéria, de uma forma mais abrangente, ativa e participativa. A esta contestação à atribuição de direitos de prospeção e pesquisa de depósitos minerais de caulino na zona da Loureira, por parte do Município e dos executivos das Freguesias e respetivas Assembleias de Freguesia, junta-se a legítima indignação das comunidades locais que estão muito preocupadas e têm manifestado a sua total discordância. Em forma de síntese, a possibilidade de licenciamento de uma exploração de caulino para a área em causa acarretará consequências negativas e devastadoras do ponto de vista ambiental, social, cultural, hidrológico e de segurança, consequências irreversíveis e que desvirtuarão por completo os desígnios de desenvolvimento sustentável preconizados para o concelho de Cantanhede. Falamos de uma atividade que não se coadunará com a visão estratégica e planificada que o Município de Cantanhede delineou para a região, inviabilizando nitidamente, os diversos projetos sectoriais de âmbito ambiental e turístico previstos e em desenvolvimento como, por

exemplo, o Plano de Intervenção em Espaço Rústico nos Olhos da Fervença."---------

------ Interveio de seguida o Sr. Luís Pato, o qual também procedeu à leitura de um documento do seguinte teor: "Parecer desfavorável contra a exploração de caulino. Tomada de posição da bancada do PS na Assembleia Municipal da Câmara Municipal de Cantanhede - Em relação à tomada de uma decisão desfavorável relativo à exploração de caulino, na área denominada "Loureira", pela Silver Sand – Areias e Argilas, Lda., não podíamos estar mais de acordo com a Câmara, pois, trata-se de uma atividade que: "põe em risco espaços naturais e turísticos como os que existem na zona em causa", como disse a Câmara Municipal de Cantanhede ao Diário de Coimbra no passado dia 17/03/2021. Ora, naturalmente, não apenas enquanto oposição, democraticamente eleita, mas essencialmente como munícipes que neste órgão e no dia-a-dia exercemos a nossa cidadania, também achamos que é uma atividade: "extremamente perigosa e até irresponsável", como também vem narrado na publicação supramencionada citando a Câmara Municipal de Cantanhede. Aliás, em relação a este assunto – que não é de agora (remonta desde 2013), esta foi sempre a nossa posição. Tal pode ser testemunhado, na seguinte resenha cronológica: 1ª intervenção feita na sessão de Assembleia Municipal da Câmara Municipal de Cantanhede – Nº 13/2013 de 27 de dezembro 2013, através do deputado Abel Carapeto em que alertou para um aviso publicado no dia 5 de dezembro, no Jornal Boa Nova, relativo a um contrato de concessão de exploração de caulino, numa área que abrange as freguesias do Corticeiro de Cima, Vilamar, Febres, S. Caetano e algumas freguesias do concelho de Mira, por uma empresa denominada Mota Mineral, S.A. 2ª intervenção em sessão de assembleia intermunicipal da CIM-RC, realizada no dia 14 de janeiro de 2014, o deputado do PS eleito para este órgão - Abel Carapeto manifestou as preocupações que o PS em Cantanhede tinha acerca das

implicações da exploração do caulino. 3.ª intervenção feita na sessão de Assembleia Municipal realizada a 28 de fevereiro de 2014. O PS Cantanhede, através do deputado – Abel Carapeto, – apresenta, em sessão de assembleia municipal, a moção: "Não à exploração de caulinos no concelho de Cantanhede e concelhos limítrofes, sim à defesa da qualidade da água", cuja aceitação, após ter sido colocada à votação, foi aprovada por unanimidade. A 10 de Janeiro de 2014, o PS Cantanhede, através do deputado do PS eleito para a Assembleia da República – Pedro Coimbra, já tinha exigido a suspensão deste processo que poderia levar à exploração do caulino em Cantanhede. Nesta altura, recordamos também que os deputados – Rui Duarte, Mário Ruivo e João Portugal, eleitos pelo círculo de Coimbra, visitaram a zona dos Olhos da Fervença, na companhia de dirigentes socialistas locais de modo, a aferirem, em primeira mão e no local, a dimensão do impacto ambiental que poderia surgir com este tipo exploração. Por isso, e como esta é uma luta suprapartidária, pois trata-se da defesa de recursos naturais, o PS de Cantanhede está, como sempre esteve, contra a exploração do Caulino nos Olhos da Fervença ou em qualquer outra zona de Cantanhede e/ou em zonas limite do nosso concelho. Por isso, no que concerne a este assunto e mantendo esta tomada de posição relativa a este assunto, a Câmara Municipal de Cantanhede pode contar com o apoio da bancada do PS."----------

------ O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra à Sr.ª Presidente da Junta de Freguesia de São Caetano, Eduarda Pedro, a qual informou que o assunto já não é novo na sua Freguesia, porque, conforme já foi referido pelo Sr. Luís Pato, em 2013, São Caetano e as Freguesias vizinhas já estiveram com o mesmo problema. Informou, de seguida que, através de pessoas da Freguesia soube que esta tem estado sempre sobre análise daquele tipo de empresas para efeito de exploração e a 5 de março foi confirmada mais uma empresa interessada em explorar

caulinos, desta vez no coração da Gândara. Referiu ser uma situação preocupante, pois é a primeira vez que um processo de pedido de exploração de caulinos chega a uma segunda fase. Recordou que todos os presentes na sessão representam as pessoas que os elegeram e por isso, apesar de acontecer na sua Freguesia, os restantes membros não devem descartar o problema que é de todos e do concelho de Cantanhede em geral. Relativamente à Freguesia de São Caetano, informou que, um projeto daquela envergadura que se localiza a 130 metros da localidade de Pisão, a 195 metros da localidade de Corgo Covo e a 330 metros da localidade da Criação, não respeitando os limites mínimos exigidos por Lei, irá, à partida, matar a Fonte das Amieiras e colocará em causa a maior mancha florestal de pinheiro bravo do concelho de Cantanhede e tudo o que foi feito até aqui pelos antepassados, as nascentes, os poços de regadio e até a agricultura de subsistência, tão importante para minimizar o avanço das espécies invasoras no território, a segurança rodoviária, no fundo a vida das pessoas que vivem bem S. Caetano, em Cadima e no concelho de Cantanhede. Esclareceu, de seguida, que as explorações deste recurso natural, à semelhança de todas as explorações de recursos naturais, causam danos quase irreversíveis para as populações, estando no caso em causa, em última análise, a vida das pessoas porque quando se coloca em causa a qualidade em cima da média que tem a nascente dos Olhos da Fervença e a água do fontenário da Fonte das Amieiras, comprovada pelas análises das autoridades de saúde, está em causa o lema "água é vida". Afirmou acreditar que a Assembleia Municipal é o sítio ideal para se defender o que, no fundo, é de todos, nomeadamente, o direito a viver-se num sítio com qualidade e que alguém do exterior está a querer roubar. Afirmou ainda compreender que, apesar daquele mineral ser integrado no domínio público do Estado, este também representa o cidadão, no entanto sente-se lesada por parte do Estado porque não está a ver a

questão dos Olhos da Fervença, do pinhal bravo e daquilo que é a realidade dos meios rurais. Por isso, considerou que tudo o que foi descrito pelo Sr. Carlos Fernandes e que resume na íntegra a posição do Municipio de Cantanhede e das Freguesias de Cadima e de São Caetano, deveria ser subscrito por todos os presentes na Assembleia porque é um problema de todos. Considerando que é primeira vez que uma situação destas acontece no Municipio de Cantanhede, ou seja, que um pedido de prospeção de caulinos chega a uma segunda fase, o que é muito grave, não só para a Freguesia de S. Caetano, mas para todo o Municipio de Cantanhede. Afirmou esperar que o processo não siga em frente, e que, todos os esforços feitos pelo Municipio, em conjunto com as exposições escritas das Freguesias, consigam impedir que a prospeção venha para o terreno, porque se tal acontecer, a qualidade de vida dos Munícipes de Cantanhede ficará comprometida.----------

------ O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguia a palavra à Sr.ª Presidente da Junta de Freguesia de Cadima, Marise Pessoa, a qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, afirmou que, quando a sua Junta de Freguesia recebeu a informação ficaram todos indignados com a possibilidade da prospeção de caulinos no concelho de Cantanhede, no território da Freguesia de Cadima, essencialmente na Freguesia de S. Caetano. Nesse sentido, manifestaram-se totalmente contra a prospeção de caulinos no território da freguesia de Cadima, essencialmente, nos Olhos da Fervença, por se tratar de um local de extrema importância e que representa o coração e a fonte de viver da freguesia, um bem extremamente essencial para a qualidade de vida da nossa população. Mostrou-se, de seguida, disponível para mobilizar a população e, em conjunto com a Câmara Municipal, se assim o entender, efetuar uma petição pública para que o pedido de prospeção de caulinos caia e não avance, porque está em causa a vida de todos num

futuro que se quer com qualidade de vida e não com condições precárias se o projeto avançar. ----------

------ Interveio de novo o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murtede, Carlos Fernandes, sugerindo a seguinte metodologia: Dado que o documento da Bancada do Partido Socialista está integralmente escrito na primeira pessoa e se refere sobretudo a ações reivindicativas por parte de vários elementos do Partido, para que ficasse registado, seria acrescentado mais um item ao documento apresentado pela bancada do PSD. Referiu de seguida ser do interesse municipal que o processo seja quebrado e quanto mais cedo melhor, para não chegar à fase verdadeiramente preocupante que é a fase de exploração, porque a fase de prospeção, basicamente, consiste em pequenos buracos que são abertos em vários sítios e que se destinam a averiguar a quantidade de caulino que existe nos solos, o que depende, geralmente, da eficácia das próprias empresas. Referiu, finalmente que, em relação ao processo que diz respeito à Freguesia de Murtede, o processo não avançou porque a fase de prospeção, felizmente, não deve ter tido os resultados que as empresas pretendiam.-

------ O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra ao Sr. Luís Pato, o qual informou que o documento apresentado pela sua bancada pretende sustentar de forma cronológica o que tem vindo a acontecer ao longo do tempo com processos da mesma natureza.----------

------ Interveio o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, concluindo que, no fundo percebe-se que as bancadas têm a sua opinião e emitiram um parecer desfavorável em relação àquela questão, com enquadramento, reforçando o que veio para conhecimento e a tomada de posição da Assembleia Municipal no seu todo. Considerou, de seguida não ser inviável a existência de vários documentos de suporte para a tomada de posição por parte da Assembleia Municipal, pois nem sempre é

necessário um único documento.----------

------ Voltou a intervir o Sr. Vice-Presidente, Pedro Cardoso, o qual considerou que, mais importante que os documentos que foram apresentados, era que na tomada de posição da Assembleia Municipal ficasse claro e por unanimidade uma indignação perante aquela possibilidade. Acrescentou que, não se podem esquecer que a Direção Geral de Energia sabe que os recursos não são de um território, são de um país, e que, não há exploração de recursos geológicos sem prejuízo para as comunidades, estando também em causa o desenvolvimento económico, o interesse turístico e a dimensão toda que está, para além de toda a argumentação. Por isso, considerou que a Assembleia Municipal deveria mandatar a Câmara Municipal para usarem tudo o que estiver ao seu alcance para reverter e impedir aquela prospeção.-

------ O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu novamente a palavra à Sr.ª Presidente da Junta de Freguesia de São Caetano, Eduarda Pedro, a qual referiu que a prospeção no terreno é um processo que pode ser irreversível porque, se encontrarem caulino, já não vão embora e avançam para a fase de exploração, dai a gravidade da situação. Considerou assim, também ela, ser importante que a Assembleia Municipal mandate o executivo municipal no sentido de fazer tudo o que estiver ao seu alcance para impedir que a prospeção sequer se faça naquele terreno, em território do concelho de Cantanhede, em território de S. Caetano e Cadima.------

------ O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, agradeceu as palavras da Sr.ª Presidente da Junta de Freguesia de S. Caetano, recordando que a Assembleia está perfeitamente ciente de tudo e, relativamente ao que disse o Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso, considerou fazer todo o sentido uma tomada de posição em comum, independentemente do que possa existir, bem como mandatar a Câmara Municipal para aquilo que entender fazer. Recordou, de seguida que, se trata de uma

repetição e que, infelizmente, o Municipio de Cantanhede dá um parecer desfavorável, mas a Lei não lhe dá a prorrogativa de ser um parecer vinculativo. Assim, afirmou que vai ter que ser uma luta política com tomadas de posição fortes porque, apenas assim se poderá, eventualmente, reverter a situação, uma vez que não há um parecer vinculativo da Câmara. Apelou a que todos estejam atentos e afirmou que a Assembleia fará tudo o que puder e estiver ao seu alcance. Concluiu não haver dúvidas, há uma tomada de posição, fundamentada com vários documentos, e uma proposta no sentido de mandatar a Câmara Municipal para encetar todos os esforços no sentido de acompanhar o processo e fazer reverter aquela situação.----------

------ O Sr. Presidente deu ainda a palavra ao Sr. Luís Pato, o qual afirmou através dos deputados eleitos pelo círculo de Coimbra, a sua bancada irá fazer todos os esforços para tentar reverter a situação em causa na Assembleia da República.-------

------ Não havendo mais pedidos de intervenção a Assembleia Municipal tomou conhecimento do **Ponto 2 - "Pedido de atribuição de direitos de prospeção e pesquisa de depósitos minerais de Caulino (para efeitos do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 88790 de 16 de março) numa área denominada "Loureira" / Requerente: Silver Sand – Areias e Argilas, Ld.ª / Emissão de parecer desfavorável / Para conhecimento e tomada de posição"**, tendo sido emitido parecer desfavorável, com tomadas de posição das bancadas do PSD e PS e mandatada a Câmara Municipal para encetar todos os esforços no sentido de acompanhar o processo e fazer reverter aquela situação. ----------

------ **Passou-se, de seguida ao Ponto 3 – "Apreciação, discussão e votação da proposta de Declaração de Interesse Público / Equipamento de Recreio e Lazer dos Olhos da Fervença"**.----------

------ O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da

Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que, é solicitada a Declaração de Interesse Público da Praia Fluvial dos Olhos da Fervença que se pretende também submeter, até ao final do mês, à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra para a possibilidade de obter um financiamento com fundos europeus. Informou ainda estarem presentes na sessão a Sr.ª Diretora do Departamento de Obras, Eng.ª Anabela Lourenço, o Chefe da Divisão de Estudos e Projetos, Eng.º Nuno Nogueira e o técnico superior Arq.º Nuno Martins, que fizeram o projeto relativo a tudo o que se pretende fazer nos Olhos da Fervença, de forma faseada. Explicou, de seguida, que aquele projeto tem como intensão a reposição do leito original da vala, a construção de uma piscina biológica e de outra para crianças, a construção de apoios de praia, a colocação de passadiços ao longo da vala e a requalificação do parque de merendas, do circuito de manutenção, do palco e do parque infantil. Acrescentou que há uma grande quantidade de processos que impõem intervenção, tendo já o Municipio conseguido finalizar um processo de aquisição de terrenos apesar de ainda estar a diligenciar no sentido de adquirir outros terrenos virados para a freguesia da Sanguinheira, porque implica a questão do desvio da referida vala. Acrescentou ainda que serão de seguida instruídos vários processos, tais como solicitação de pareceres à CCDRC e à Reserva Ecológica Nacional para autorização de utilização. Referiu que o Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso, fará uma explicação mais completa uma vez que envolve outro tipo de informações relativas ao Plano de Intervenção em Espaço Rural, denominado P.I.E.R., e solicitou então ao Sr. Presidente da Mesa que o Sr. Arq.º Nuno Martins fizesse a apresentação do projeto.----------

------ O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu então a palavra ao Sr. Arq.º Nuno Martins, o qual, auxiliando-se de uma projeção, informou que a Divisão de Estudos e Projetos da Câmara Municipal tem estado a desenvolver o projeto de forma a integrar

toda a envolvente dos Olhos da Fervença, nomeadamente, a Praia Fluvial, toda a mancha verde ali existente e toda a envolvente da vala que percorre aquele espaço. Recordando que todos os verões naquele espaço e a praia se tornam pequenos para o número de pessoas que os procuram e que toda a zona envolvente acaba por ser muito diminuta efetuou, de seguida, uma apresentação técnica do projeto que está em curso, disponibilizando-se para responder a qualquer questão sobre o mesmo.---------

------ O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual referiu que a Divisão de Estudos e Projetos tem tido um trabalho muito intenso, por forma a cumprir os prazos para submeter o projeto aos fundos comunitários. Informou, de seguida que, naquele projeto, tudo o que passa para o outro lado da estrada, em direção ao Casal dos Netos, onde futuramente poderá existir um Parque de Campismo e Caravanismo, representará um valor na ordem dos 4 milhões de euros, sendo a primeira fase mais contida. Assim, esclareceu que, para se poder submeter as candidaturas para que sejam passiveis de financiamento e, de acordo com as reuniões havidas com a CIM-RC, no momento, faz sentido submeter a primeira parte do projeto. Voltou a referir que os Serviços estão a ultimar contactos com proprietários de terrenos da Freguesia da Sanguinheira, que se encontram no limite do projeto, no sentido de os adquirir e reforçou o esforço que tem sido feito no sentido de se poder concorrer às candidaturas porque só quem estiver preparado é que o conseguirá fazer. Afirmou ainda acreditar que o concelho tem as condições ideais para se poder investir fortemente na questão ambiental, na requalificação e na mobilidade, dando um salto de grande qualidade nessas áreas. Recordando que o que está para aprovação é a declaração de Interesse Público do Equipamento de Recreio e Lazer dos Olhos da Fervença, afirmou que não podia de deixar nota sobre as diligências já efetuadas e partilhar o projeto com todos os

presentes. ----------

------ O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso, o qual referiu ser um projeto importante e ambicioso que reforça o reconhecimento do interesse do investimento para o concelho e para a região e deu os parabéns à equipa da Divisão de Estudos e Projetos pelo trabalho que desenvolveram. Esclarecendo que o P.I.E.R.O.F., Plano de Intervenção em Espaço Rural dos Olhos da Fervença, permite um olhar perspetivo de todo o processo, referiu que as intervenções estão programadas na primeira fase e que, de acordo com o Plano Diretor Municipal, estão abrangidas pelas servidões de utilidade pública, nomeadamente, a Reserva Ecológica Nacional, a Reserva Agrícola Nacional, o Domínio Público Hídrico, pelo que serão solicitados todos os pareceres necessários. Realçou, de seguida, que a declaração de interesse público da Praia dos Olhos da Fervença e de todo o seu equipamento de lazer é um dos elementos que mais pesa em termos da avaliação da questão dos caulinos em termos dos interesses económicos, no sentido de conseguir reorganizar o território para conciliar do ponto de vista de sustentabilidade ambiental o desafio turístico com a questão de um concelho mais verde.----------

------ O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra ao Sr. José Vieira, o qual, considerando a ideia incrível e uma mais-valia para o Concelho, deu os parabéns à Câmara pelo projeto, porque é uma forma de aproveitar os recursos naturais existentes. Sendo ele amante de observação de aves e de as fotografar e referindo que se tratar de um tipo de turismo que atrai muita gente, sugeriu, de seguida, que fossem criados dois ou três abrigos de observação de aves, uma vez que o local tem muitos recursos em termos de aves e de outros animais como raposas e doninhas. ----------

------ Voltou a intervir a Sr.ª Presidente da Junta de Freguesia de São Caetano, Eduarda Pedro, dando os parabéns aos Serviços Municipais pela capacidade de se anteciparem e de se preparem para o futuro e pelo projeto apresentado que lhe parece ir ao encontro do que se pretende, no futuro, para a Praia Fluvial dos Olhos da Fervença.----------

------ Voltou ainda a intervir a Sr.ª Presidente da Junta de Freguesia de Cadima, Marise Pessoa, a qual também deu os parabéns aos Serviços da Câmara Municipal pela rapidez e agilidade como estão a desenvolver o projeto e agradeceu ao executivo por, de facto, agarrar a oportunidade de poder ter uma oportunidade que eleve o nome de Cantanhede ao nível nacional, porque, nos últimos nos, tem-se assistido a vários encontros de pessoas, que vêm de norte a sul do país para a Praia dos Olhos da Fervença e que contactam a Junta de Freguesia de Cadima no sentido de serem apoiados no aspeto do estacionamento, uma vez que o espaço disponível é tão pouco e já se tornava diminuto para tantos visitantes. Acrescentou que, o projeto valoriza sobretudo as terras, as pessoas, as tradições, nomeadamente, o tremoço, produto tão característico dos Olhos da Fervença e de Cadima, confecionado de uma forma artesanal e, sobretudo, valoriza o património natural da Freguesia de Cadima, independentemente de ocupar uma parte da freguesia da Sanguinheira, essência daquele local. Recordou que a Praia Fluvial dos Olhos da Fervença já tem mais de 20 anos, tendo vindo a sofrer algumas melhorias ao longo destes 20 anos, faltando-lhe este *refresh*, que em tudo valorizará turisticamente o concelho e será de certeza um cartão de visita da Freguesia de Cadima e do concelho de Cantanhede. Finalmente, afirmou acreditar que, no que toca ao Turismo, na era pós-Covid, o projeto irá dar um benefício maior no sector económico do concelho de Cantanhede.----------

------ O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra ao Sr.

Presidente da Junta de Freguesia da Sanguinheira, Euclides Vinagreiro, o qual, após cumprimentar todos os presentes, também deu os parabéns ao Executivo porque se trata de um projeto fantástico, qua também valorizará a freguesia da Sanguinheira.---

------ Interveio o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, referindo que, no fundo, o projeto terá um valor superior a 4 milhões de euros sendo que, uma coisa é aquele valor representar 100% do orçamento municipal, e outra coisa, é a possibilidade de candidatura a fundos comunitários, que seria excelente, na medida em que tem um nível de comparticipação por vezes elevado. Referiu, de seguida a sensibilidade desta questão em termos de futuro, porque por um lado, existe o problema dos caulinos e, por outro lado, a pretensão do Municipio de Cantanhede em requalificar, valorizar e expandir os Olhos da Fervença, um dos ex-libris do concelho. Considerou assim existir interesse público naqueles equipamentos, o que será visto ao nível da CCDRC, uma vez que, de modo direto, tem intervenção nas autorizações para a exploração do caulino. Concluiu ser um assunto crítico, com uma componente política forte, pelo que todos devem ficar atentos no sentido de se conseguir, de alguma forma, reverter a questão dos caulinos e valorizar os Olhos da Fervença.----------

------ Voltou a intervir a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, afirmando que a atratividade do Concelho deve ser diferenciadora pelo que, a proposta do Sr. José Vieira fez, podendo parecer um pormenor, pode ser uma forma de captar para o Municipio de Cantanhede pessoas amantes de outros tipos de atividades. Afirmando de seguida que o próximo quadro comunitário vai ter um impacto muito grande na área ambiental, informou que o Executivo já pensa na criação de zonas no concelho que apostem nessa atividade ambiental com a adaptação dos percursos, porque, como envolve muito financiamento, há que estar atento e estar preparado para depois poder concorrer. Recordou, de seguida que, através da CIM, o Município vai iniciar a limpeza

da Lagoa dos Teixoeiros, desconhecida de muita gente, mas excecionalmente bonita na Tocha, que fica entre a Figueira da Foz e a Tocha, para o lado do Bom Sucesso. Acrescentou que, apesar de não estar ligada às praias pode ter um aproveitamento de espaços naturais e de percursos brutais, mas tem de ser limpa, mantida e sinalizada. Referiu outro projeto também estruturante, já com 25 anos, nomeadamente, a requalificação da Ribeira de Ançã, e o espaço à volta da praia fluvial que se tem vindo a melhorar aos poucos, mas que ainda tem muita coisa para fazer, bem como adaptações às outras freguesias próximas, por exemplo, as zonas de captação do barro, ao lado de Balsas, entre os Covões virado para o Corticeiro, uma zona natural e extraordinária com outro tipo de funções. Acrescentou serem alguns exemplos do que se pode e deve conciliar ao nível ambiental e turístico, com percursos pedestres e com rotas temáticas, que, cada vez mais, estão a ser um polo enorme de atratividade ligado à natureza e ao contacto direto com o ambiente. Deu ainda como exemplo, na freguesia de Febres, toda a zona das Lagoas e o Charco que foi requalificado há pouco tempo, mas onde se poderia fazer uma ligação, por exemplo do Charco às Lagoas dos Coadiçais e a todas as outras, com percursos brutais, criando uma atratividade no concelho, ligada à natureza, acima da média em toda a região. ----------

------ Tomando a palavra o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, acrescentou que a ribeira da Varziela, desde Cantanhede à Criação, com a requalificação de todo aquele espaço, poderia ter um percurso pedonal / ciclável, em cima dos coletores da SIMRIA que estão devidamente sinalizados, o que permitiria a utilização daquele espaço, bem como um fácil acesso por parte da SIMRIA, caso necessitasse de ali fazer alguma intervenção, o que demonstra uma potencialidade enorme para o concelho.----------

------ O Sr. Presidente da Mesa deu, de seguida a palavra ao Sr. Luís Pato, o qual deu os parabéns Sr. Arquiteto Nuno Martins e ao Departamento de Obras Municipais pela criação do projeto apresentado que considerou ambicioso. Acrescentou de seguida que, apesar da Câmara ter feito um esforço no que concerne à questão da publicidade, no sentido de promover Cantanhede, é obvio que aquele projetos apenas conseguirão potenciar aquelas localidades se forem devidamente promovidos.---------

------ Não havendo mais pedidos de intervenção foi colocado a votação o **Ponto 3 – "Apreciação, discussão e votação da proposta de Declaração de Interesse Público / Equipamento de Recreio e Lazer dos Olhos da Fervença"**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.----------

------ Após a votação, a Sr. ª Ana Margarida Maia, apresentou uma Declaração de Voto, subscrita pela Bancada do PS, do seguinte teor: "*A praia fluvial dos Olhos da Fervença, sita na freguesia de Cadima, com as suas nascentes de água, é um ex-libris do nosso concelho, no âmbito do lazer e turismo. Querendo afirmar-se no âmbito do turismo rural, local e nacional, com paisagem natural atrativa e singular, este espaço procura alcançar o maior potencial possível não só com a zona balnear, mas também com a zona verde adjacente à praia, circuitos pedonais, zona de merendas e campo de jogos, bar com esplanada e balneários, o que tem atraído a população para descansar, divertir-se com a família e amigos e usufruir assim desse espaço único. Tendo em conta a importância do turismo rural na estratégia de desenvolvimento local e nacional, este local tem todas as condições para se desenvolver, de forma equilibrada e sustentável, através da valorização da sua paisagem e cursos de água - o que espera que se venha a alcançar com as obras programadas, mas que igualmente se espera que se respeite e enalteça a beleza única e natural da paisagem. Assim, os membros eleitos pelo Partido Socialista na Assembleia Municipal votam a*

favor da declaração de interesse público do equipamento de recreio e lazer dos Olhos da Fervença."----------

------ Passou-se, de seguida ao **Ponto 4 - "Apreciação, discussão e votação da proposta da 2.ª Alteração (parcial) à 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal"**.----

------ O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual solicitou que fosse o Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso, a apresentar o assunto em discussão.----------

------ O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu então a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso, o qual informou que se trata da 2.ª alteração (parcial) à 1.ª revisão do Plano Diretor Municipal com carater excecional pela necessidade de urgência da nova ampliação e regularização de parte da Unidade Industrial de transformação e armazenamento de produtos congelados da empresa Alcides dos Santos Antunes – Asa Congelados. Esclareceu que, face à súbita evolução do volume de negócios, fruto de uma estratégia de promoção internacional, aquela empresa necessita de proceder à sua ampliação em termos físicos, com o consequente aumento de recursos humanos, inserido num processo de financiamento europeu no programa 2020. Assim, considerando-se a empresa em causa de extrema importância no âmbito do tecido empresarial e da empregabilidade do concelho de Cantanhede, referiu que a alteração parcial ao PDM pretendida visa o aumento da profundidade do perímetro urbano para a satisfação das necessidades da ampliação da mesma, integrando a totalidade da parcela na categoria de espaços da atividade económica em solo urbanizado. Acrescentou que, relativamente à alteração proposta ao nível da classificação e qualificação do solo nada há a opor, conforme consta de toda a documentação anexa, na medida que se trata de uma alteração muito pontual e de reduzida dimensão que incide sobre a parcela da empresa, face às respetivas

necessidades de crescimento e desenvolvimento, contribuindo também para o desenvolvimento económico do concelho e não pondo em causa os princípios do uso da ocupação e transformação do solo que estiveram subjacentes à elaboração do plano em vigor. Deu, de seguida uma nota muito positiva à extraordinária capacidade de trabalho dos serviços do urbanismo que, em tempo recorde, levaram a bom porto o presente assunto, permitindo conciliar a perspetiva do desenvolvimento económico com as necessidades da revitalização do tecido empresarial, numa altura marcados pela crise pandémica, com a inerente crise social e económica. Afirmou ser uma forma de responder às exigências da modernização do parque industrial e uma aposta nos fatores como a competitividade, a promoção da empregabilidade e, sobretudo, a qualificação do tecido empresarial. Finalmente, recordou que, a aprovação da segunda alteração parcial à 1.ª revisão do Plano Diretor Municipal ainda terá outros desenvolvimentos, nomeadamente, junto da CCDRC e de outras entidades para a conclusão do respetivo processo.----------

------ Não havendo mais pedidos de intervenção foi colocado a votação o **Ponto 4 – "Apreciação, discussão e votação da proposta da 2.ª Alteração (parcial) à 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal"**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.----------

------ Passou-se, de seguida ao **Ponto 5 - "Apreciação, discussão e votação da proposta de alteração do IGT – PU de Cantanhede / Reposição da legalidade urbanística / António da Silva Mendes Pato / Revisão da intenção de execução de arruamento".**----------

------ O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou tratar-se de um loteamento antigo, no qual existe um arruamento que colide com a área de intervenção do alvará. Informou,

de seguida que o Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso, tem uma projeção preparada sobre o assunto, a qual será apresentada pelo Sr. Diretor do Departamento de Urbanismo, Serafim Pires, para melhor localização da situação. Esclareceu ainda que o processo de reposição da legalidade urbanística está em nome de António da Silva Mendes Pato e tem a ver com uma habitação e anexo que está situada na Rua Francisco Sá Carneiro, na cidade de Cantanhede, estando prevista no Plano de Urbanização, a passagem de um arruamento que colide exatamente com a proposta do loteamento.----------

------ O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu então a palavra ao Sr. Diretor do Departamento de Urbanismo, Serafim Pires, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, explicou, com a ajuda de uma projeção que, o loteamento situa-se do lado direito junto aos semáforos quando se vem de Lemede, é composto por 4 lotes, tem 2 construções e tem uma via sem saída. Acrescentou que, existe um caminho lateral que vai dar praticamente às últimas casas da Vila D'Alva, o qual pode vir a ser aproveitado e devidamente requalificado. Acrescentou que a intenção de resolver a questão do loteamento, teve a ver com a necessidade de utilizar uma figura prevista no Plano de Urbanização de Cantanhede, artigo 31.º, salvo erro, pela qual o Municipio tem de prescindir ou desistir, ainda que temporariamente, até estudar a solução no plano da reserva do solo para a via. Referiu ainda que, no fundo, existe uma reserva no solo que neste momento ainda não está ocupado, pelo que se propôs à Câmara e agora, se propõe à Assembleia, que se possa estudar a solução da resolução do loteamento da melhor forma de se servir as duas casas lá existentes, uma pizzaria que está logo á entrada e uma outra a seguir. Esclareceu que existe ali uma entrada com cerca de 3 metros e que a ideia é requalificar aquela zona, num enquadramento, posterior à revisão do Plano de Urbanização, que está a ser

estudado. Concluiu que, no fundo, se pretende retirar a intenção da manutenção daquele espaço de via e estudá-lo tendo em vista obter a melhor solução para resolver o problema daquele loteamento. ----------

------ Não havendo mais pedidos de intervenção foi colocado a votação o **Ponto 5 – "Apreciação, discussão e votação da proposta de alteração do IGT – PU de Cantanhede / Reposição da legalidade urbanística / António da Silva Mendes Pato / Revisão da intenção de execução de arruamento"**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.----------

------ Passou-se, de seguida ao **Ponto 6 - "Relatório anual de atividades e Plano de Ação da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Cantanhede / Para conhecimento"**.----------

------ O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a dar a palavra à Sr.ª Vereadora, Célia Simões, a qual informou que, o relatório anual de atividades vem dar uma sumula de todas as atividades realizadas pela CPCJ no ano de 2020, tendo sido aprovado pela Comissão Alargada, submetido à Comissão Nacional, agora é apresentado à Assembleia Municipal e de seguida será enviado ao Ministério Público. Recordou, de seguida que a CPCJ de Cantanhede é sediada no edifício Francisco Pinto, e resumindo, informou que as Comissões funcionam em 2 modalidades, nomeadamente, a modalidade alargada com a Comissão Alargada e a modalidade restrita com a Comissão Restrita, sendo que: - A Comissão Alargada é composta por 14 elementos, dos quais 7 representam as principais entidades com competência em matéria de infância e juventude, com reuniões mensais, tendo sido realizadas no ano 2020 apenas reuniões em janeiro, fevereiro e março, dado o contexto pandémico; - A Comissão Restrita é composta por elementos da Comissão alargada, funcionando sempre com o mínimo de 5 elementos, em permanência e tem reuniões, no máximo,

quinzenais. Informou, de seguida, que: - Foram movimentados 182 processos em 2020 dos quais, 50 transitaram do ano de 2019, 97 novos processos foram instaurados, 5 foram recebidos de outras CPCJ´s e, os restantes foram reabertos; - Foram resolvidas 101 situações, ficando 81 por resolver que passaram para o ano de 2021; - Recordou que a CPCJ abrange todo o concelho de Cantanhede, com cerca de 400 km² e com 35.040 pessoas de população residente, maioritariamente muito envelhecida, sendo 7.270 pessoas correspondentes à população mais jovem, ou seja, 20,74% são crianças e jovens dos 0 aos 24 anos, segundo a PRODATA; - Os processos abrangem todas as Freguesias do Concelho, no entanto, foram analisados mais processos da União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, da Freguesia de Ançã e da Freguesia da Tocha todos, maioritariamente, referentes a crianças e jovens de nacionalidade portuguesa; - As entidades parceiras que mais sinalizaram no ano de 2020 foram a autoridade policial, os estabelecimentos de ensino, os estabelecimentos de saúde e o Ministério Público; - As situações sinalizadas foram violência doméstica, absentismo escolar, comportamentos graves antissociais e indisciplina por parte da criança ou do jovem; - Relativamente às medidas de apoio usadas, naqueles 182 processos, foi prestado apoio junto dos pais ou de outro familiar; - No ano de 2020 apenas foi retirado um dos jovens para uma residência de acolhimento; - A CPCJ de Cantanhede utiliza, à semelhança das outras a nível nacional, a aplicação informática com carater obrigatório, onde os registos de todas as diligências que são feitas em cada um dos processos são efetuados diariamente, também com carater obrigatório; - Salientou a articulação com o Ministério Público, através do seu interlocutor, Dr. José Mário, Procurador da República, sempre disponível, que fiscaliza e aprecia os processos em acompanhamento e que representa uma elevada e grandiosa ajuda; - Salientou que a formação para aquela

equipa é fundamental e essencial para que o desempenho de todos os elementos seja um excelente desempenho e o trabalho seja realizado a 100%. Recordou que, neste ano pandémico que foi difícil para todos, a junção dos 5 municípios (Figueira da Foz, Montemor-o-Velho, Cantanhede, Mealhada e Mira) fortaleceu a formação e, no fundo, foi uma alavanca muito boa para o desempenho que têm tido; - Salientou a cooperação e a colaboração de todos os colaboradores da Casa Francisco Pinto, quer da Ação Social, da Saúde e da Educação; - Salientou que os estabelecimentos de ensino são os parceiros fundamentais, bem como os restantes serviços do Municipio que também eles estiveram continuamente ao lado da CPCJ. Passando de seguida ao Plano de Ação, que tem a ver, no fundo, com todas as entidades parceiras, informou que a CPCJ pretende manter o desenvolvimento das atividades que promovam o reconhecimento dos direitos humanos, responsabilidades partilhadas, coesão do trabalho que visa o superior interesse das crianças e jovens, possibilitando assim a construção de uma sociedade justa, inclusiva, que saiba colher os frutos da adversidade e que esteja consciente da importância do contributo de cada um para o património da sociedade portuguesa. Para isso, estão previstas formações, *workshops*, divulgações, integrações em projetos que existam nas escolas, com comunicações e formações específicas. ----------

------ Tomando a palavra, o Sr. Luís Pato questionou se o absentismo escolar foi físico ou virtual.----------

------ Respondeu a Sr.ª Vereadora Célia Simões que o absentismo foi mais virtual, tendo o papel da escola sido fundamental porque sinalizou muitas situações, nomeadamente, situações de violência domestica, de falta de internet, e de crianças que não iam mesmo às aulas. Nestas últimas situações, como houve uma escola de apoio que esteve sempre disponível, as crianças que não conseguiam, por alguma

razão mais especifica assistir às aulas, eram colocados naquela escola, com um horário normal de funcionamento e com refeições asseguradas. Informou ainda que cada situação foi analisada ao pormenor, foi disponibilizado o equipamento que era necessário pelos Serviços da Educação, foi disponibilizada alimentação às crianças do Escalão A pelos Serviços da Ação Social, pelo que a falta de assistência às aulas não tinha haver com equipamento nem com a disponibilidade de internet, mas sim com os familiares.----------

------ Interveio de seguida o Sr. Rogério Marques, recordando que, já o ano passado, aquando da análise do relatório da CPCJ se colocava a hipótese do efeito da pandemia no número de casos que iriam surgir. Acrescentou que, comparando 2019 com 2020, a CPCJ acompanhou 182 processos em 2020, que corresponde a 2,5% da população desta faixa etária dos 0 aos 24, o que traduz um aumento de 2,1%, face a 2019 que teve 154 processos, tendo também havido, comparativamente ao ano anterior, um aumento de processos instaurados em 64%.----------

------ Retomou a palavra a Sr.ª Vereadora Célia Simões, afirmando que as situações verificadas em 2019 são completamente diferentes das situações verificadas em 2020 e que cada ano a CPCJ tem situações diferentes. Relativamente aos processos, explicou que, o aplicativo não distingue quem é o "gestor" ou o "cogestor" do processo, sendo que foram efetivamente acompanhados 182 processos e que, na passagem de 2019 para 2020, a Dr.ª Fátima Soares esteve a acompanha-los a tempo inteiro, bem como a Dr.ª Lurdes Silva, que vai deixar de os acompanhar, e ainda a Enf.ª Gabriela, que está presente sempre que seja necessário mas que, sistematicamente, não podia deixar de fazer o que estava a fazer no Centro de Saúde para vir acompanhar os processos, o que sobrecarregou os técnicos existentes. Frisou, no entanto, que não são necessários mais recursos humanos, apenas é necessário que os recursos

humanos existentes e que estão alocados para a situação, comecem a trabalhar nela. Relativamente ao número de casos, recordou que no ano anterior o Dr. José Mário veio fazer 6 reuniões presenciais, mesmo na altura pandémica, com todos os cuidados necessários, tendo a escola e a GNR sinalizado mais rapidamente e as diligências foram feitas de forma mais célere, pelo que os processos que transitaram para o ano 2021 são os que estão relacionados com o absentismo escolar e o incumprimento da escola. ----------

------ A Assembleia Municipal tomou conhecimento.----------

------ Passou-se, de seguida ao **Ponto 7 - "Fundo Municipal de Emergência de Apoio Empresarial do Município de Cantanhede / Relatório Final / Para conhecimento"**.----------

------ O Sr. Presidente da Mesa, João Mora, deu de novo a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual recordou que o Municipio criou o Fundo Municipal de Emergência de Apoio Empresarial, destinado a empresas até 25 trabalhadores, incluindo os administradores ou os gerentes que tivessem sede ou domicilio fiscal no concelho e que tivessem registado quebras de faturação igual ou superior a um terço da faturação no ano de 2020, comparativamente ao mesmo período de 2019. Informou, de seguida que a receção de candidaturas terminou a 20 de fevereiro, tendo sido recebidas 69 candidaturas, das quais 58 estavam em condições de serem deferidas. Informou ainda que houve uma empresa que fez uma reclamação mas, atendendo que não cumpria os requisitos exigidos, não foi aceite, mantendo-se o seu indeferimento, resultando na aprovação das 58 candidaturas que perfazem um valor de 62.120,00 €.----------

------ A Assembleia Municipal tomou conhecimento.----------

------ Passou-se, de seguida ao **Ponto 8 - "Proposta de criação do Fundo**

Municipal de Emergência de Apoio Empresarial (FMEAE) – 2.ª Fase / Para conhecimento".----------

------ O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que, depois da 1ª fase e foi criado um fundo de 60.000,00 € para a 2.ª fase do Fundo Municipal de Emergência de Apoio Empresarial, que já se encontra a decorrer, com algumas adaptações, agora com uma abertura para empresas que tivessem quebras de faturação igual ou superior a 20%, alargando também a outras atividades educativas, à reparação de outros bens de apoio doméstico e a lavagem e limpeza a seco de têxteis e peles.----------

------ O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Rogério Marques, o qual congratulou o Executivo pela estratégia que está a seguir, com a criação da 2.ª fase do Fundo Municipal de Emergência de Apoio Empresarial, destinada a microempresas. Recordou de seguida que, aquando da 1ª fase, questionou sobre o porquê de 100.000,00 € e se o valor seria suficiente, ao que a Sr.ª Presidente da Câmara referiu que, a todo o momento o processo pode ser reavaliado, pois não sabia se o proposto ficaria a quem ou se seria necessário mais. Acrescentou que, concluída a 1ª fase, verificou-se que os 100.000,00 € foram suficientes para cobrir as candidaturas das empresas que foram submetidas dentro do prazo, tendo sido usados 62.120,00 €, sobrado 37.880,00€ e sido apoiadas 58 empresas. Com a abertura da 2ª fase, destinada a 25 trabalhadores, foi reduzida a quebra da faturação, o que significa que vão auferir um maior número de empresas relativamente à 1ª fase, empresas que eventualmente não tenham sido contempladas naquela fase, sendo portanto, uma estratégia que está a ser bem conseguida e que se revela uma ajuda valiosa para as empresas do Concelho.----------

------ A Assembleia Municipal tomou conhecimento.----------

------ Passou-se, de seguida ao **Ponto 9 - "Apreciação, discussão e votação da proposta de alteração ao RAAD – Regulamento de Apoio ao Associativismo Desportivo".**----------

------ O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que, após a validação do Regulamento, chegaram à Divisão de Desporto algumas propostas por parte das associações desportivas do Concelho. Assim, de acordo com essas propostas, propõem-se alguns acertos e algumas alterações ao Regulamento em causa, as quais solicitou ao Sr. Presidente da Mesa que o Sr. Vereador do Desporto, Adérito Machado, as pudesse apresentar.----------

------ O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu então a palavra ao Sr. Vereador Adérito Machado, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, informou que a primeira alteração foi a separação da Divisão da Cultura e Desporto, que agora passa a ser só Divisão do Desporto. Acrescentou que, após a implementação do Regulamento no primeiro ano, foi feita uma reflexão e foi redirecionada a distribuição de pontos: - de acordo com a prática desportiva; - com a valorização de atletas que participem nas competições nacionais; - com uma maior valorização na participação em jogos, sejam eles em casa ou fora; - com uma valorização substancial nas participações em competições internacionais e nacionais; - com a valorização da criação das seções desportivas federadas, para incentivar, no fundo, a criação das seções desportivas; - Para valorizar o grau de qualificação dos técnicos que promovem o desporto no grau 3; - Houve um acréscimo na manutenção e funcionamento das viaturas e nos seguros, que são fundamentais para a dinâmica desportiva; - Houve um acréscimo das despesas acima dos 15.000,00 €, anteriormente de 10.000,00 euros; - Houve um acréscimo de 4 escalões ao nível de

equipamentos e valorização dos clubes que desenvolvam atividades no desporto adaptado, entre muitas outras.----------

------ Interveio de seguida o Sr. Carlos Fernandes, saudando a capacidade de auscultação e diálogo do Municipio de Cantanhede na elaboração do referido Regulamento, uma vez que não deve ser um documento fechado e estanque. Acrescentou que com a evolução do associativismo e dos diferentes desportos vão-se modificando as necessidades e que, a pandemia veio demonstrar que "o que era verdade ontem, não é verdade hoje" pelo que realçou a capacidade de adaptação demonstrada e o dialogo efetuado com os interessados, neste caso, com as associações e clubes desportivos para melhorar o Regulamento.----------

------ Não havendo mais pedidos de intervenção foi colocado a votação o **Ponto 9 – "Apreciação, discussão e votação da proposta de alteração ao RAAD – Regulamento de Apoio ao Associativismo Desportivo"**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.----------

------ Passou-se, de seguida ao **Ponto 10 - "Apreciação, discussão e votação do projeto de alteração ao Regulamento das Zonas de Estacionamento tarifado na Cidade de Cantanhede".**----------

------ O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual recordou que no momento, nenhum estacionamento está a ser pago porque todas as áreas estão isentadas e informou que, o projeto de alteração ao Regulamento das Zonas de Estacionamento Tarifado na Cidade de Cantanhede, através do Edital n.º 54/2020 foi submetido a discussão pública, não tendo havido qualquer proposta. Solicitou, de seguida, que à semelhança do ponto anterior, fosse o Sr. Vereador do Pelouro, Adérito Machado, a especificar as alterações efetuadas. ----------

------ O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra ao Sr. Vereador Adérito Machado, o qual informou que se trata de uma alteração ao regulamento aprovado em reunião de Câmara no ano de 2020: - Atualizando o mesmo ao facto de existirem carros elétricos, passando assim a existir um espaço com estacionamento para duas viaturas elétricas, com carregadores elétricos; - Criando o cartão de residente e o cartão de residente/deficiente; - Atualizando os parques para que possam ser instauradas contraordenações e que a Guarda Nacional Republicana possa atuar, sobre quem estacione nos locais destinados a veículos elétricos.--------

------ Interveio o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murtede, sugerindo que quando houvesse alterações aos regulamentos fosse enviada para análise as novas versões com as alterações a vermelho para que as possam comparar com as versões anteriores.----------

------ Sobre o assunto interveio também o Sr. Rogério Marques, congratulando o Municipio e o Sr. Vereador Adérito Machado pela alteração feita ao regulamento porque, de facto, vem torna-lo mais atual, não só na questão do carregamento das baterias dos carros elétricos, essenciais hoje em dia, como pelo facto de criar o cartão de residente, residente/deficiente uma vez que, muitas das vezes, há locais difíceis de encontrar estacionamento. Acrescentou que, de facto, a gestão de tráfego e do estacionamento é difícil de gerir porque tem sempre impactos negativos e é preciso definir práticas urbanísticas potenciadoras da melhor qualidade de vida das pessoas, principalmente no centro da cidade. Nessa perspetiva, lançou um desafio ao Executivo, no sentido de continuar a procurar mais lugares de estacionamento, principalmente no centro da cidade, onde realmente há dificuldade em estacionar por exemplo na Rua Henrique Barreto, na Rua Dr. António José de Almeida, na Rua D. Afonso Henriques, Rua Dr. Jaime Cortesão, na Praça Marquês de Marialva e na Rua

5 de Outubro.----------

------ Voltou a intervir a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, informando que o estacionamento subterrâneo ainda não tem a parte mecânica porque ainda não se pagam os estacionamentos na cidade, existindo apenas um segurança só para lá fazer controlo do espaço. Acrescentou que o mesmo não tem ficado cheio, como é evidente, porque só a partir da presente data a atividade começa lentamente a entrar na normalidade, como todos esperam. Acrescentou ainda que os serviços têm estado em contacto com particulares e com agências imobiliárias, no sentido de ir ao encontro de mais espaços para estacionamentos ao ar livre, o que não tem sido fácil, porque as famílias não estão disponíveis para vender, porque os espaços são muito pequenos, e por vezes porque, apesar de existirem algumas casas antigas com quintal que poderiam ter alguma utilização, o equilíbrio entre o custo e a possibilidade de lá meter X viaturas não é rentável.----------

------ Interveio também o Sr. Luís Pato, referindo que a sua intervenção se prendia também com a falta de espaço para estacionamento, não só para quem vem a Cantanhede tratar de assuntos, como para as próprias pessoas que habitam em Cantanhede, pois cada lar tem, no mínimo, 2 automóveis e não há sitio onde deixar os carros. Acrescentou ser claro que no centro de Cantanhede a falta de estacionamento é uma realidade e que tem esperança que o problema se consiga resolver.----------

------ Não havendo mais pedidos de intervenção foi colocado a votação o **Ponto 10 – "Apreciação, discussão e votação do projeto de alteração ao Regulamento das Zonas de Estacionamento tarifado na Cidade de Cantanhede"**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.----------

------ Passou-se, de seguida ao **Ponto 11 - "Apreciação, discussão e votação do**

projeto de Regulamento de Concessão de Direitos e Benefícios Sociais aos Bombeiros Voluntários do Município de Cantanhede".----------

------ O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, informou que, a pedido da Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, foi solicitado que se retirasse o presente ponto da ordem de trabalho, devidos a vários pedidos de esclarecimentos sobre os encargos financeiros inerentes, pelo que o assunto será presente numa próxima sessão. ----------

------ Passou, de seguida ao **Ponto 12 – "5.ª Alteração Orçamental Modificativa ao Orçamento da Receita e da Despesa e às Grandes Opções do Plano para o ano de 2021 / Para conhecimento"**.----------

------ O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que a 5.ª alteração orçamental modificativa só vem para conhecimento da Assembleia Municipal porque foi uma imposição do Tribunal de Contas para obtenção de Visto para o empréstimo de médio e longo prazo, no valor de 3.350.000,00 €, que tem a ver com o investimento nas infraestruturas, nomeadamente, na aplicação de tapete e sinalização.----------

------ A Assembleia Municipal tomou conhecimento.----------

------ Passou, de seguida ao **Ponto 13 – "Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ourentã / Aquisição de equipamentos agrícolas / Alfaia – Trituradora de martelos"**.----------

------ O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que a Freguesia de Ourentã adquiriu uma alfaia trituradora de martelos, no valor de 4.363,85 € e, de acordo com as regras estabelecidas para este tipo de subsídio, a proposta é de atribuir o valor de 1.312,16 €. Relativamente ao ponto seguinte da ordem de trabalhos, informou que a União das Freguesias de

Vilamar e Corticeiro de Cima pretende fazer uma homenagem as dois Presidentes que foram fundadores da Freguesia de Vilamar e do Corticeiro de Cima, com a colocação de dois bustos, do Sr. Altino Cruz e do Sr. Mário Miranda de Almeida, da autoria do Alves André. Acrescentou que, como as duas freguesias estão no momento unidas, ficará cada busto na sua localidade respetiva, propondo-se um subsídio no montante de 42.400,00 € para comparticipar nas despesas dos dois bustos.----------

------ Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado a votação o **13 – "Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ourentã / Aquisição de equipamentos agrícolas / Alfaia – Trituradora de martelos"**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.----------

------ Passou, de seguida ao **Ponto 14 – "Apreciação, discussão e votação da** proposta de atribuição de subsidio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Execução dos bustos de Altino Cruz e Mário Miranda de **Almeida, da autoria de Celestino Alves André"**:----------

------ Não havendo qualquer pedido de intervenção, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, colocou a votação o **Ponto 14 – "Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Execução dos bustos de Altino Cruz e Mário Miranda de Almeida, da autoria de Celestino Alves André"**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.----------

------ Passou, de seguida ao **Ponto 15 – "Apreciação, discussão e votação da proposta de autorização da assunção do compromisso plurianual para o Concurso Público "Construção / Beneficiação / Reparação da Escola Básica Marquês de Marialva de Cantanhede, por empreitada: Requalificação e Modernização da Escola Básica Marquês de Marialva de Cantanhede – 2.ª Fase"**

– CP-CCP-EMP n.º 04/2021": ----------

------ O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual recordou que após o protocolo celebrado com a Secretaria de Estado, apesar de nunca ser demais referir que são obras do Ministério, que tinham de sair do Orçamento de Estado, o Executivo pretendeu fazer o acordo, indo a fundos comunitários e, in extremis, conseguiu avançar com os dois projetos e submetê-los para financiamento. Informou de seguida que vem agora à Assembleia, o pedido de autorização para a assunção do compromisso plurianual, sendo o valor global de 2.452.830,19 € + IVA, para a 2.ª Fase, com um prazo de execução de 720 dias, propondo-se para o ano de 2022, já com IVA, o valor de 1.300.000,00 € e para o ano de 2023, também o valor de 1.300.000,00 €. Informou ainda que, o ponto seguinte da ordem de trabalhos é algo semelhante, embora com um valor maior, tratando-se de uma intervenção na Secundária Lima de Faria, aguardada há muito pelos professores, pelos alunos e pelos pais. No caso, o valor é de 4.800.00,00 € + IVA, uma obra também prevista para 720 dias, onerando os exercícios económicos de 2022 e 2023, em 2.400.000,00 € cada.----------

------ Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 15 – "Apreciação, discussão e votação da proposta de autorização da assunção do compromisso plurianual para o Concurso Público "Construção / Beneficiação / Reparação da Escola Básica Marquês de Marialva de Cantanhede, por empreitada: Requalificação e Modernização da Escola Básica Marquês de Marialva de Cantanhede – 2.ª Fase" – CP-CCP-EMP n.º 04/2021"**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.----------

------ Passou, de seguida ao **Ponto 16 – "Apreciação, discussão e votação da proposta de autorização da assunção do compromisso plurianual para o**

Concurso Público "Remodelação e Beneficiação da Escola Secundária Lima-de-Faria, por empreitada: Requalificação e Modernização da Escola Secundária Lima-de-Faria em Cantanhede" – CP-CCP-EMP n.º 03/2021":----------

------ O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra à Sr.ª Maria Manuel Fael, a qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, afirmando estar ainda muito cética perante uma situação aguardada há décadas, porque de facto, acompanhou já vários processos que apenas deram muitas esperanças, questionou a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, sobre as verdadeiras expetativas para a Escola Secundária Lima de Faria, para o futuro próximo.----------

------ Respondeu a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, ser uma dúvida muito razoável porque, efetivamente, ao longo dos anos têm sido feitas reuniões com Ministros e Secretários de Estado, tendo existido tantas promessas, no entanto, no caso concreto, é como se os Municípios estivessem a disponibilizar uma verba, que era destinada a outros fins, porque conforme todos sabem aquelas intervenções deveriam ser feitas por parte do Governo e deveriam sair do Orçamento de Estado. Informou, de seguida que, aquelas obras foram negociadas com a Comunidade Intermunicipal e foram cumpridos os prazos para que as mesmas fossem mapiadas, tendo já sido aceites pela Comunidade Intermunicipal. Afirmou, finalmente, esperar e acreditar que não vai haver nenhum reverso que as faça retroceder, num momento que as perspetivas estão em alta.----------

------ Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 16 – "Apreciação, discussão e votação da proposta de autorização da assunção do compromisso plurianual para o Concurso Público "Remodelação e Beneficiação da Escola Secundária Lima-de-Faria, por empreitada: Requalificação e Modernização da Escola Secundária Lima-de-Faria em**

Cantanhede" – CP-CCP-EMP n.º 03/2021", tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.----------

------ Tendo-se ausentado o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, assumiu a Presidência o Primeiro Secretário da Mesa, José Maria Maia Gomes.----------

------ Passou, de seguida ao **Ponto 17 – "Apreciação, discussão e votação da 1.ª alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Cantanhede para o ano de 2021":**----------

------ O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que, há situações que já tinham sido discutidas na Assembleia Municipal e que continuam contempladas, nomeadamente, as propostas para as chefias, por exemplo, cujos processos se encontram atrasados por causa do COVID. Informou de seguida que as novas situações têm essencialmente a ver com funcionários que se irão aposentar e outros já se aposentaram, e também, com a necessidade de restruturar alguns serviços. Acrescentou que, como o Dr. Idílio Cravo estará brevemente a solicitar a aposentação, já se coloca a hipótese de colocar um técnico superior na área da medicina veterinária. Informou, de seguida que são ainda necessários carpinteiros de limpos, eletricistas, um canalizador, assistentes técnicos na área administrativa, condutores de máquinas e veículos especiais, cantoneiros, técnico das ciências da informação, da área administrativa e da área da saúde ambiental, engenharia civil e arquitetura e, em contrato a termo resolutivo certo, engenharia agrónoma, arqueologia e geologia. São ainda contempladas 3 propostas de mobilidade intercarreiras ou intercategorias, para pessoas que alteraram as suas habilitações literárias e começaram a desempenhar outras funções.----------

------ Reentrou o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, reassumindo a presidência da sessão.----------

------ Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 17 – "Apreciação, discussão e votação da 1.ª alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Cantanhede para o ano de 2021"**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.----------

------ Passou, de seguida ao **Ponto 18 – "Proposta de Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Dr. Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho".**----------

------ O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, recordou que existe um documento que foi apresentado com antecedência, pelo que supôs que já esteja tudo acertado entre todas as bancadas.----------

------ Deu, de seguida a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murtede, Carlos Fernandes, o qual recordou que foi solicitado que passasse a constar do Voto de Pesar "a Assembleia Municipal de Cantanhede", se houvesse concordância por parte de todas as bancadas. Acrescentou, de seguida, que o Voto de Pesar está partidarizado, no sentido de dar destaque à carreira partidária do Dr. Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho, no entanto acredita que as funções profissionais e politicas que desempenhou justificavam por si só a atribuição do mesmo e que, apesar da bancada do PSD não concordar com tudo, naturalmente, reconhece o percurso profissional e político do Dr. Jorge Coelho.----------

------ O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de seguida a palavra à Sr.ª Áurea Andrade, a qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, informou que a Bancada do PS aceitou a sugestão que foi feita pela bancada do PSD, pelo que o Voto de Pesar será em nome da Assembleia Municipal e não, em nome de uma bancada ou outra, passando de seguida à leitura do documento em causa, do seguinte teor: *"Foi com um profundo sentimento de pesar que a Assembleia Municipal de Cantanhede recebeu a notícia do desaparecimento súbito de Jorge Paulo Sacadura*

Almeida Coelho que marcou de forma indelével a história do Partido Socialista e a política nacional. Natural de Viseu, filho de Jorge Francisco de Almeida Coelho e de Rosa Sacadura de Almeida, nascido a 17 de julho de 1954 em Viseu, cresceu em Gares, uma pequena aldeia de Contenças no concelho de Mangualde onde estudou no colégio de Santa Maria e de São José daquela cidade. O avô paterno, Raúl de Abrantes Coelho, apoiante do Estado Novo, chegou a integrar as listas da União Nacional. Estudou Engenharia na Faculdade de Ciências e Tecnologia de Coimbra, militou na Extrema Esquerda antes e depois da Revolução de 1974/1975. Após a Revolução de 25 de Abril de 1974, foi um dos militantes fundadores da União Democrática Popular. Casou a 22 de agosto de 1975 com Fortunata Cecilia Fernandes da Silva Seixas. Prosseguiu os estudos académicos em Lisboa na licenciatura em Organização e Gestão de Empresas no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras da Universidade Técnica de Lisboa. Filiou-se no Partido Socialista em 1982 e nesse mesmo ano foi nomeado Chefe do Gabinete do Secretário de Estado de Transportes do 9º Governo Constitucional 1983/1985. Em 1988/1989, foi chefe de Gabinete do Secretário de Estado Adjunto dos Assuntos Sociais, Educação e Juventude de Macau e já em funções governativas na mesma região, foi Secretário Adjunto para a Educação e Administração Pública. Em 1991, regressa a Portugal e foi o homem estratega e do coração do PS, muito próximo de António Guterres que teve uma participação ativa na sua eleição para Secretário-Geral do Partido Socialista, eleições ganhas a Jorge Sampaio. Assegurou toda a estrutura que montou a campanha eleitoral vitoriosa do PS nas eleições de 1 de outubro de 1985, onde António Guterres é eleito 1º Ministro, vindo novamente a ser reeleito nas eleições legislativas seguintes em 10 de outubro de 1989. Também nestas eleições, Jorge Coelho assumiu o papel de líder da organização da campanha eleitoral. No 1º

Governo liderado por António Guterres, o 13º Governo, que tomou posse a 28 de outubro de 1995, Jorge Coelho assumiu o cargo de Ministro Adjunto. Na remodelação de 25 de novembro de 1997, acumulou o cargo de Ministro Adjunto com o cargo de Ministro da Administração Interna. Das suas iniciativas tomadas como Ministro Adjunto, destaca-se a criação das Lojas de Cidadão em conjunto com o seu Secretário de Estado da Administração Pública, Fausto Correia, lança em Portugal o conceito da Loja de Cidadão, centro de atendimento de várias entidades públicas, agregando e ligando serviços num só espaço. No 16º Governo, após as eleições de 1999, tomou posse nos cargos de Ministro da Presidência e Ministro de Equipamento Social. Na remodelação de 14 de setembro de 2000, manteve o cargo de Ministro de Equipamento Social e deixou o cargo de Ministro da Presidência para passar a Ministro de Estado. Ficará para sempre como o homem do coração socialista e como alguém que soube de forma exemplar materializar o espirito e alma do socialismo. O dirigente que no mar de mudanças personificava a serenidade, a força e a capacidade de ação e que simultaneamente em momentos de divisão era uma ancora de união. A 4 de março de 2001, deixa novamente a sua assinatura na cultura política e democrática portuguesa. Pede a demissão do Governo assumindo a plena responsabilidade política pela queda da Ponte Entre-os-Rios. A sua frase: "não ficaria bem com a minha consciência se não o fizesse", seguido do anúncio de abertura de um inquérito ao sucedido, constituiu um procedente de coerência para todos os titulares de funções executivas que se lhe seguiram e perdurará para sempre na moldura executiva como traço de dignidade e de respeito pelas 59 pessoas que perderam a vida. Foi substituído em 10 de março de 2001 pelo Eduardo Ferro Rodrigues no cargo de Ministro do Equipamento Social. Após a saída do Governo, continuou a assumir o papel central do Partido Socialista fazendo uso da sua

jovialidade, carisma e capacidade de mobilização. Voltou a ser decisivo na campanha eleitoral socialista de 2005 em que pela primeira vez o Partido Socialista alcançou uma maioria absoluta em eleições legislativas e também das autárquicas de outubro de 2005. Em novembro de 2006, renunciou ao mandato de deputado e abandonou todos os cargos partidários para se dedicar à docência, à consultoria, à atividade empresarial e ao comentário político. Foi eleito conselheiro de Estado pela Assembleia da República em 2005, o único cargo público que exerceu entre 2005 e 2009. A 15 de julho de 2009, a seu pedido, foi substituído pelo Conselheiro de Estado por José Gomes Canotilho. A renúncia ao cargo de membro do Conselho de Estado teve lugar aquando do convite para o cargo de CEO do Grupo Mota Engil. Antes realizou para o Grupo Mota Engil o plano estratégico do Grupo 2009/2013 designado "Ambição 2013". Ao assumir este cargo também deixou de ser comentador do programa "Quadratura do Círculo na SIC-Noticias. Posteriormente em março de 2013, voltou a ser comentador no mesmo programa e no mesmo canal, quando este mudou de nome para "Circulatura do Quadrado" e de canal para a TVI-24. Em fevereiro de 2019, manteve-se como comentador até julho de 2020, onde sempre demonstrou como é possível fazer valer ideias através da afabilidade, do humor, da persistência e da amizade para além da barreira partidária, renunciando sempre ao ataque pessoal em privilégio do debate ideológico salutar. Foi substituído por Ana Catarina Mendes em setembro de 2020. Em 2016 fundou a Queixaria Vale da Estrela, a maior produtora de queijos de origem protegida da Serra da Estrela, situada em Mangualde, muito próxima de Contenças, onde cresceu. Cumpriu assim o seu maior desejo de regressar à terra onde nasceu, fazendo ali um investimento em homenagem ao seu Avô, que comprava queijos para vender em Lisboa e criar emprego no concelho. O regresso de Jorge Coelho a Mangualde e a abertura da fábrica de queijos potenciou a economia

da região e sobretudo melhorou a vida económica dos cerca de 40 pastores que lhe vendiam o leite para a produção de queijo o que lhes permitiu manter os animais e vender o leite a um preço justo. Falam de Jorge Coelho como um homem bom, muito humano e solidário, que valorizava muito o trabalho deles. Um destes pastores verbalizou à imprensa: "já trabalho com isto há vinte e tal anos, nunca conheci nenhum patrão. Com o Dr. Jorge não era assim. Todos os anos fazíamos um almoço de Natal e dava uma prenda para a minha filha. Vinha às explorações para falar com os criadores. Se ele não abrisse esta queijaria ou desistíamos dos animais ou vendíamos o leite ao preço que estava, pois não havia movimento". Jorge Coelho era um homem com qualidades humanas e morais que nunca lhe permitiram esquecer os princípios e valores com os quais cresceu. Morreu a 7 de abril de 2021 na sequência de uma paragem cardíaca súbita aquando de uma visita a uma casa na zona turística da Figueira da Foz. A Assembleia Municipal do Município de Cantanhede reunida a 19 de abril de 2021, endereça as mais condolências e solidariedade à família enlutada de Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho que se destacou pela sua intervenção cívica, política e que nos deixou no passado dia 7 de abril, prematuramente, aos 66 anos."----------

------ Não havendo mais pedidos de intervenção, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, colocou o Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Dr. Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho a votação, por escrutínio secreto eletrónico, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade, com 29 votos a favor.----------

------ Passou, de seguida ao **Ponto 19 – "Proposta de Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Dr. António Almeida Henriques, Presidente da Câmara Municipal de Viseu"**:----------

------ O Sr. Presidente da Mesa, João Moura deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta

de Freguesia de Murtede, Carlos Fernandes, o qual passou à leitura da proposta de Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Dr. António Almeida Henriques, Presidente da Câmara Municipal de Viseu, do seguinte teor: "*No passado dia 4 de abril, faleceu no Hospital de São Teotónio, em Viseu, o Dr. António Almeida Henriques, Presidente da Câmara Municipal de Viseu, eleito nas listas do PSD desde 2013 e um dos mais proeminentes empreendedores do processo de afirmação da Região Centro como território de progresso, desenvolvimento e coesão social. Não resistiu a complicações decorrentes da infeção por Covid-19 que motivou o seu internamento naquela unidade hospitalar durante 28 dias, tendo a sua morte deixado um profundo sentimento de consternação e pesar a todos quantos tiveram o privilégio de o conhecer. O Dr. António Almeida Henriques tinha 59 anos e protagonizou uma intervenção pública pautada por uma irrepreensível conduta cívica, elevada cultura democrática e competência política, qualidades amplamente reconhecidas e que o levaram a ocupar diversas funções de grande responsabilidade. Eleito deputado à Assembleia da República nas IX, X, XI e XII Legislaturas, sempre eleito pelo PSD no círculo eleitoral de Viseu, foi ainda vice-presidente do Grupo Parlamentar do PSD na XI Legislatura com a coordenação da área económica, e exerceu também as funções de vice-presidente da Comissão de Assuntos Económicos da Assembleia da República e de Vice-Presidente da Delegação da OSCE (Organization for SecurityandCo-operation in Europe). De 2011 a 2013, foi Secretário de Estado Adjunto da Economia e Desenvolvimento Regional do XIX Governo Constitucional, tendo-se destacado na gestão dos Fundos Comunitários na vigência do QREN, cuja reprogramação conduziu, e na criação do regime de Revitalização de Empresas. Na vida associativa, foi Vice-Presidente da CIP - Confederação da Indústria Portuguesa, presidente do CEC/CCIC - Conselho Empresarial do Centro / Câmara de Comércio e Indústria e*

Presidente da AIRV - Associação Industrial da Região de Viseu, teve atividade de relevo na gestão de diversas entidades empresariais, culturais, sociais e científicas. Também foi Vice-Presidente da ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses. Era Comendador da Ordem Civil do Mérito Agrícola, Industrial e Comercial, por atribuição do Presidente da República Jorge Sampaio, a 17 de janeiro de 2006. Era ainda Presidente Honorário da AIRV, Associação Empresarial da Região de Viseu e do CEC-CCIC - Câmara de Comércio e Indústria do Centro de Portugal. O exercício das suas funções autárquicas, governamentais, associativas e profissionais levou a que interviesse em diversos processos com interesse para o desenvolvimento de Cantanhede e do seu tecido empresarial, como atesta, a título de exemplo, a sua presença na inauguração das instalações da empresa Converde, em 2013, ao lado do atual Presidente desta Assembleia Municipal e então Presidente da Câmara Municipal, João Moura. Perante o indiscutível mérito da carreira do Dr. António Almeida Henriques, a vários níveis, e face ao seu falecimento inesperado e absolutamente prematuro, a Assembleia Municipal de Cantanhede propõe a aprovação de um sentido e profundo voto de pesar por tão triste ocorrência, invocando a propósito o seu exemplo de vida orientada pelos mais elevados valores éticos, a irrepreensível conduta cívica, a vocação humanista, a brilhante carreira política e o espírito de missão, atitude empreendedora e forte dedicação à causa pública em todos os cargos que desempenhou".----------

------ Não havendo mais pedidos de intervenção, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, colocou o Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Dr. António Almeida Henriques, Presidente da Câmara Municipal de Viseu, a votação, por escrutínio secreto eletrónico, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade, com 29 votos a favor.----------

------ Seguidamente, a bancada do Partido Social Democrata apresentou uma proposta para que todos os assuntos apreciados na sessão fossem aprovados em minuta para efeitos imediatos. Esta proposta, após votação, foi aprovada por unanimidade. ----------

------ Estando prestes a dar por encerrada a sessão, o Sr. Presidente da Mesa, questionou se algum elemento do público quereria usar da palavra, não tendo havido inscrições.----------

------ Finalmente, sendo 19h35 horas, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a sessão por encerrada, da qual se lavrou a presente ata para constar, que vai ser assinada pelos membros da Mesa. ----------

------ O Presidente:

------ O Primeiro Secretário:

------ A Segunda Secretária: